



ATA Nº3/2024

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta horas, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 02/2024 referente à sessão ordinária de 2024.04.22 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.03** – Alteração do Regimento da Assembleia Municipal -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – contratação de empréstimo de longo prazo para financiamento de diversos projetos -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – proposta de protocolo -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – protocolo com a Freguesia de Fátima -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – construção de novos fogos para rendas acessíveis e de emergência – proposta de protocolo -----



- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – proposta de protocolo -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – adenda ao protocolo com a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima – proposta de protocolo -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social Paroquial de Freixianda – proposta de protocolo -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social Paroquial de São João Batista de Espite – proposta de protocolo -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social de Matas – proposta de protocolo -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – construção de Parque de Merendas e Lazer em Ribeira do Fárrio – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – pedido de declaração de interesse público municipal -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – aquisição de prédio rústico propriedade da Freguesia de Urqueira, Ourém – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – aquisição de parcela de terreno – rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Ourém – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – P101/2024 – reabilitação viária de várias ruas na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (28354/2024) – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – P100/2024 – requalificação da Estrada de Minde – troço entre o km 72+890 e o km 75+875 – fase 2 (10466/2024 – assunção de compromissos plurianuais – retificação -----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – P099/2024 – requalificação das ruas Gregório Correia e de Castela e ligação à rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira – Ourém (41689/2024) – assunção de compromissos plurianuais -----



- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar – ano letivo 2024/2025 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – atividades de enriquecimento curricular – 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2024/2025 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – projeto de revisão do Regulamento de Intervenção na Via Pública do Concelho de Ourém – versão final -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de revisão do Regulamento do Cartão Social do Bombeiro Voluntário – versão final -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – regime livre de acesso a instalações municipais no âmbito de atividades organizadas e promovidas pelo Município de Ourém -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – Piscinas Municipais de Ourém – época balnear 2024 -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Desportiva Os Raposinhos – pedido de cedência das Piscinas Municipais de Ourém – isenção de taxas -----
- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária – Clube Juventude Ouriense – pedido de cedência das Piscinas Municipais de Ourém – isenção de taxas -----
- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias – pedido de isenção de taxas -----
- **02.29** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – pedido de isenção de taxas -----
- **02.30** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de pais e Encarregados de Educação da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Afonso IV Conde de Ourém – pedido de isenção de taxas -----
- **02.31** – Apreciação e votação da proposta camarária – Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém – pedido de isenção de taxas -----



- **02.32** – Apreciação e votação da proposta camarária – Albardeira Associação Cultural
– pedido de isenção de taxas -----
- **02.33** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Cultural,
Recreativa e Desportiva de Moita Redonda – pedido de isenção de taxas -----
- **02.34** – Apreciação e votação da proposta camarária – Clube Juventude Ouriense –
pedido de isenção de taxas -----
- **02.35** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comissão Fabriqueira da
Capela de Vilões – pedido de isenção de taxas -----
- **02.36** – Apreciação e votação da proposta camarária – Município de Leiria – pedido de
isenção de taxas -----
- **02.37** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.^o Secretário AMO -----
- Helena Santos Pereira -----
- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----
- Otilia Cristela Antunes Marto -----
- João Carlos de Jesus Pereira -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Tiago Ferreira Simões Vieira -----
- Joana Casimiro Rosado -----
- Francisco Emanuel Marques Lopes -----
- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----
- Victor Oliveira Santos -----
- João Filipe Campos Catarino -----
- Jorge Pereira da Silva -----



----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira, lista PS, foi substituído por **Edgar Ferreira Enes** -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira, lista PPD/PSD, foi substituído por **Luís Miguel Faria da Silva** -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria, lista PPD/PSD, foi substituída por **António de Sousa Mordomo** -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos, eleita na lista PPD/PSD, foi substituída por **Manuel Lourenço Dias** -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva falta, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins, lista PS -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), fizeram-se representar os presidentes de Junta de Freguesia: -----



----- Freguesia de Alburitel – Tesoureiro, Filipe Borges Cortez -----
 ----- Freguesia de Atouguia – Secretário, José Manuel Pereira Lopes -----
 ----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Secretário Alexandre Manuel Gaspar Faria -----
 ----- Freguesia de Seiça – Secretário José Custódio Ribeiro Faria -----
 ----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----
 ----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----
 ----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----
 ----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----
 ----- Rui Manuel Simões Vital -----
 ----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----
 ----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----
 ----- Cília Maria de Jesus Seixo -----
 ----- Gonçalo Santos Pires Bento -----
 ----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas nove horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 02/2024 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024.04.22 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----



----- Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- Tomando a palavra, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou da presença da Assembleia Municipal, desde a última sessão datada de 22 abril 2024, nas seguintes iniciativas: -----

- Comemorações oficiais dos 50 anos de Abril, Município de Ourém, Ourém -----
- Concerto comemorativo dos “50 anos do 25 abril”, Freguesia de Fátima, Fátima -----
- Solenidades do 1.º de maio, A. H. Bombeiros Voluntários de Ourém, Ourém -----
- 33.º aniversário Centro Social Espírito Santo, Lagoa do Furadouro -----
- 35.º aniversário Rancho Folclórico Verde Pinho, Rio de Couros -----
- Cerimónia de apresentação do DECIR 2024, Ourém -----
- Inauguração Requalificação Urbana de Aljustrel, Município Ourém, Fátima -----
- XVIII FESTAMBO, Encontro de Coros Infanto-Juvenis, AMBO, Ourém -----
- Fórum da Saúde Mental, Município de Ourém, Ourém -----
- XVIII FESTAMBO, Poesia da Liberdade, AMBO, Ourém -----
- Cortejo de Oferendas, A. H. Bombeiros Voluntários de Caxarias, Caxarias -----
- Conto Musical, Ourearte, Ourém -----
- 45.º aniversário CRIO, CRIO, Ourém -----
- Arraial Popular, APDAF, Ourém -----
- XVIII FESTAMBO, espetáculo OTONIFONIAS, AMBO, Tomar -----
- Cerimónia do Hastear de Bandeira Azul 2024, Município de Ourém, Agroal -----
- Festas da Vila de Caxarias, Freguesia de Caxarias, Caxarias -----
- Concerto Final de Ano Letivo, Conservatório de Fátima -----
- Abertura oficial do certame Feirourém, Município de Ourém, Ourém -----
- Cerimónias do Dia do Município de Ourém -----
- 9.º aniversário Centro Social de Matas, Matas -----



- 21.º Fim de Semana Cultural, Freguesia Nossa Senhora das Misericórdias -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, grupo municipal Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “A época desportiva 2023/2024, agora terminada, foi, provavelmente, a melhor dos últimos anos para o desporto do concelho de Ourém. -----

Nos últimos meses os ourienses viveram inúmeros momentos de alegria com as conquistas dos seus clubes e atletas, que nos enchem de orgulho com os brilhantes resultados alcançados. -----

Em todas as modalidades, tivemos a oportunidade de vibrar com as vitórias das nossas equipas, dos nossos atletas e foram muitos os primeiros lugares no *pódium*, os trofeus levantados, as medalhas conquistadas. -----

O desporto do concelho de Ourém vive dias muito felizes, de verdadeira consagração do magnífico trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos atletas, equipas técnicas e direcções das diversas associações do concelho. -----

A juntar aos excelentes resultados, tivemos ainda, em diversas ocasiões prémios *fairplay*, o que é ainda mais gratificante, pois é sinónimo de que além do talento, da entrega, da dedicação, da competência, os resultados obtidos são alcançados dentro das normas, da ética, do rigor e, acima de tudo, que os nossos atletas e equipas demonstram um espírito de competição saudável, assente em pressupostos e valores como o respeito pelo outro e pelo desporto, na sua verdadeira essência. -----

É tempo, pois, de enaltecermos todos os protagonistas e de elevarmos a voz para os felicitar pelo tanto que nos têm dado, mas acima de tudo, por dignificarem o nome do concelho de Ourém. -----



Finalmente, é justo enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Município, criando mais e melhores condições para a prática desportiva a todos os níveis.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, apresentou a seguinte declaração política: “Bom dia a todos, -----

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente. -----

O MOVE quer hoje aproveitar este espaço de intervenção cívica para prestar publicamente a sua humilde, mas sincera homenagem ao Dr. Sérgio Ribeiro, histórico militante e dirigente comunista do nosso concelho, vincando o seu reconhecimento a este Homem, Cidadão e Político, deixando outrossim uma nota de imensa gratidão pelo legado e pelo grande exemplo que nos deixou! -----

Também ele foi, durante vários anos, membro desta Assembleia Municipal, e também aqui a sua amizade e o seu exemplo permanecem bem vivos em todos nós! -----

Porque se impõe este tributo, deixo-vos aqui um excerto da sua última intervenção como membro desta assembleia, em sessão ordinária que teve lugar no dia 22 de Setembro de 2017, de cujas eloquentes palavras aqui damos por reproduzidas: -----

[...] *“Também eu queria que esta fosse a minha última sessão. Poderão as circunstâncias (muito pouco prováveis!...) levar a que aqui volte -----*

Mas, à cautela..., despeço-me com um abraço que envolva todos, e podem estar certos que acompanharei enquanto puder, atento e crítico, os que continuarem este nosso serviço público. -----

Confesso, por fim, que esta despedida se tornou mais fácil pois a absorção das tarefas de uma candidatura que pessoalmente não desejei, mas que assumi inteiramente me levou – por momentos – a afastar-me das questões de ordem geral, do estado do mundo para que habitualmente vos pretendia alertar e – talvez... – massacrar. -----

E se esse estado do mundo exige todos os cuidados do mundo! -----

Não só meus, evidentemente. -----

De todos, de cada um de nós. Pela Paz. -----

Até sempre, vizinhos, conterrâneos, companheiros”. -----

Disse!” -----



= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, em representação do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “É com profundo pesar que recordamos o falecimento de Sérgio Ribeiro, uma figura central na luta pela liberdade e democracia em Portugal. -----

Nascido em 1943, Sérgio Ribeiro destacou-se como economista, político e militante comunista. Foi deputado à Assembleia da República, Eurodeputado e membro ativo da Assembleia Municipal de Ourém. -----

A sua vida foi dedicada ao serviço público e a defesa dos seus ideais, sempre com um compromisso inabalável pela justiça social e direitos humanos. O seu percurso inclui uma vasta contribuição como eurodeputado entre 1989 e 1994, marcando a sua carreira pela dedicação às causas sociais e ao desenvolvimento da comunidade. -----

Sérgio Ribeiro foi um defensor incansável dos direitos, sempre pautado pela sua atuação, pela ética e pelo respeito pelas diferenças. -----

Apesar das discordâncias ideológicas, o Partido Socialista reconhece o valor inestimável e o mérito do trabalho cívico e político de Sérgio Ribeiro. A sua trajetória é um exemplo de dedicação e compromisso com os valores democráticos pautados pelo respeito e pelo diálogo construtivo. A sua influência transcendeu fronteiras partidárias, sendo um defensor incansável de princípios de liberdade e igualdade. -----

Em reconhecimento ao seu legado e ao impacto positivo que teve na nossa comunidade, propomos que a Sala da Assembleia Municipal de Ourém passe a denominar-se “Sala Sérgio Ribeiro”. Esta homenagem visa perpetuar a memória de um homem que se dedicou à causa pública, ao fortalecimento da democracia, à promoção dos direitos e liberdades. Acreditamos que é uma forma justa, digna de honrar a sua contribuição e inspirar futuras gerações a seguir os seus passos no serviço à causa pública. -----

A denominação da Sala das Sessões como Sala Sérgio Ribeiro, será uma homenagem perene ao seu trabalho, à sua dedicação, assegurando que a sua memória e os seus ideais continuem a inspirar a comunidade de Ourém e a promover os valores da Liberdade. -----

Obrigado.” -----



-----**Submetido a votação do plenário, a proposta para denominar a sala de sessões da AMO de “Sala Sérgio Ribeiro”, foi a mesma aprovada por maioria, com um voto contra** -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Sr.s Secretários, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Sr.s Vereadores, -----

Ex.mos Senhores Deputados, -----

Caros colegas, -----

Ex.mos membros dos órgãos de Comunicação Social, -----

Público presente, minhas senhoras, meus senhores, -----

Recentemente, por ocasião das cerimónias do dia do Município, muitos de nós prestámos mais uma vez o dia a enaltecer Ourém. Enaltecemos o nosso legado histórico, as nossas associações e instituições de méritos firmados, prestigiámos concidadãos destacados em diversos setores da sociedade e, ainda, testemunhámos o progresso dos nossos territórios. ----

Quem como nós ambiciona o desenvolvimento dos seus territórios e trabalha todos os dias para que isso seja uma realidade, fica naturalmente muito satisfeito com esta boa prática do executivo municipal em brindar os Ourienses com obras relevantes e estruturantes ano após ano, e particularmente, em dia tão comemorativo como o dia do feriado municipal. -----

Parece que foi ontem, mas quase 7 anos depois, por intermédio de diversas empreitadas, assistimos à transformação profunda da principal artéria da cidade de Ourém ficando agora concluída após esta requalificação entre as rotundas dos Álamos e do Ribeirinho, trazendo um extraordinário impacto visual positivo, com traços de modernidade e funcionalidade que se desejam para quem aqui habita, trabalha ou visita. -----

Também desde outubro de 2017, o investimento público municipal adicionado a alguns contributos de financiamentos externos, contribuíram para que a nossa cidade de Ourém (e permitam-me a expressão importada), sofresse um autêntico UPGRADE na sua imagem e dinâmicas. -----



Além da Av. D. Nuno Álvares Pereira, a requalificação integral da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Rua Dr. Neves Eliseu enquanto eixos estruturantes de circulação para a cidade, a somar aos investimentos em espaços centrais como o Jardim Le Plessis Trévise, o TMO ou a ampliação do Parque Dr. António Teixeira conduziram a uma verdadeira metamorfose urbana que nos apraz aqui mencionar e agradecer. -----

Além destes investimentos mais robustos, ainda houve a necessidade de resolver situações mais prementes, designadamente, como o mau estado da Rua Dr. Tenente Coronel Moreira Lopes e as condicionantes no que concerne ao abastecimento de água, levando às atuais intervenções na Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto, Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira e outras envolventes que brevemente ficarão terminadas. -----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal, testemunho diariamente que todas estas intervenções recolhem o grande apoio e o reconhecimento da população da nossa cidade. Este sentimento reflete-se igualmente na grande colaboração e paciência para os diversos constrangimentos nas intervenções que se verificam no espaço público, havendo por isso motivo para deixar um agradecimento público pela compreensão. -----

Como não acredito em coincidências, e acredito que o investimento público pode ter um efeito de contágio e de alavanca para investimentos privados, é um sinal bastante positivo a evidente preocupação dos proprietários pela imagem da cidade, que se tem traduzido em investimentos para melhorar a imagem dos prédios mais antigos, sendo visíveis as diversas requalificações já operadas em diversos pontos da cidade e outras que estão a decorrer. -----

Enquanto Presidente de Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade e representando o território da cidade de Ourém, cumpre-me exaltar o trabalho e o esforço empenhado pelo Sr. Presidente de Câmara Municipal e executivo ao longo destes quase 7 anos, atribuindo os méritos pelo enorme salto qualitativo que a cidade verificou e, evidentemente, agradecer a visão e o planeamento para realizar os projetos que brevemente serão uma realidade e ajudarão a elevar ainda mais a nossa sede de concelho.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte:

“Excelentíssimos senhores, -----

Cumprimento de todos na pessoa do Presidente desta Assembleia -----



Excelentíssimos senhores -----

Mais um aniversário da cidade de Ourém, mais um feriado, mais inaugurações e mais uma FeirOurém. -----

Ora, com alguma tristeza, sou obrigado a constatar que, apesar de ser feriado, as pessoas continuam a ter uma fraca adesão às festividades políticas. As pessoas simplesmente não aparecem, não comparecem. O que será que não atrai as pessoas? Penso que deveríamos todos fazer um estudo para perceber o que é que não atrai as pessoas, sobretudo a parte política da questão. -----

No entanto, o caricato nestes dias é que, mesmo as obras não estando acabadas, continuamos a ter inaugurações como que se fosse para português ver. -----

Mas, chamava também a especial atenção para a FeirOurém, um espaço fundamental para muitas empresas ou comerciantes, seja da dimensão que seja, para se mostrarem num esforço para abrir um espaço no solo do mundo dos negócios, para se darem a conhecer, para um contacto mais humano com novos e potenciais clientes. -----

Fica um sentimento de alguma desilusão perante toda esta envolvência de pessoas e custos, com toda esta mostra concelhia que deveria ser o ponto forte das nossas empresas. com a pouca evolução face aos anos anteriores. -----

Porque será que esta Feira não cativa bastante para a atração, seja das nossas empresas, seja dos concelhos vizinhos? Será que já se perguntámos porquê? Será que já fomos fazer algum estudo para perceber porque é que as empresas dos concelhos vizinhos, porque é que à nossa volta, esta Feira não é atraente? De sucesso em sucesso, como nos replicam ano após ano, ficamos com uma sensação redutora, onde a dimensão insiste em não crescer, mantendo-se num limbo indefinido, onde não se nota uma alegria que seria o normal destas feiras. Inclusive aquele que deveria ser o dia gordo de manifestação popular, que era o domingo, o calendário só começava de meio da tarde em diante. Qual seria a ideia de quem organizou este calendário? Enfim, deixa-me alguma desilusão e tristeza, neste concelho que é dos mais populosos do distrito de Santarém, colado ao de Leiria, não tenha a capacidade de fazer um acontecimento regional que reúna mais gente, que atraia mais empresas. -----



No entanto, para o ano haverá outro dia de Ourém, haverá mais feriado e haverá mais FeirOurém. -----

Obrigado.” -----

= **PAULO LUÍS MARQUES NUNES**, Presidente União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Bom dia a todos -----

Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e toda a sua mesa ----

O senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores -----

Os colegas presidentes de Junta e os restantes Deputados -----

O Público, Comunicação Social -----

Área de Acolhimento Empresarial da Freixianda -----

No passado dia 20 de junho, foi finalmente inaugurada a área de Acolhimento Empresarial da Freixianda, um marco significativo para o desenvolvimento económico e social do Norte do Concelho. -----

A cerimónia contou com a presença ilustre do Senhor Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Dr. Hélder Reis, cuja participação sublinha o compromisso do Governo com o desenvolvimento regional. A presença do Senhor Secretário de Estado nesta ocasião especial, destaca a relevância deste projeto para a nossa comunidade, inserindo-se na estratégia nacional de promover o crescimento económico de forma equilibrada e estruturante.

A área empresarial compreende aproximadamente 11 hectares. Estrategicamente posicionada junto à Estrada Nacional três cinco seis e prevê a criação de 19 lotes destinados a indústrias e armazéns. -----

Acreditamos que a área empresarial será um catalisador para o crescimento económico, proporcionando às empresas as condições ideais para se desenvolverem e prosperarem. -----

Este desenvolvimento, por sua vez, terá um impacto positivo na comunidade local, gerando emprego e fomentando a fixação das famílias na região, através da criação de centenas de postos de trabalho diretos e indiretos, contribuindo para a geração de riqueza e para a sustentabilidade económica da região, ajudando a combater o êxodo rural que tem afetado a nossa região nas últimas décadas. A área empresarial assume-se assim, como um pilar



fundamental para a sustentação do nosso tecido social e empresarial, reforçando a coesão social e económica do concelho. -----

Importa realçar que a área empresarial não é apenas uma obra de infraestrutura, mas um investimento estratégico focado no desenvolvimento integrado e sustentável de todo o concelho. -----

A criação destes espaços empresariais proporcionará novas oportunidades de negócios, fomentará a inovação e deixará a garantia que Ourém se mantenha competitivo e atrativo para investidores e empreendedores. Este projeto é um exemplo de como a cooperação entre entidades públicas e privadas pode resultar em benefícios significativos para a comunidade.

Apesar de os velhos do Restelo que existem sempre, a obra está concluída e é uma realidade, pelo que, em nome da Junta da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigas que represento, quero endereçar o meu muito obrigado ao senhor Presidente e a todo o seu executivo pela realização e por acreditar no Norte do concelho. Bem-haja. -----

Muito obrigado.” -----

----- VOTO DE PESAR -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, em nome da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de pesar em homenagem a Sérgio José Ferreira Ribeiro: “Nascido a 21 de dezembro de 1935, o Ouriense Sérgio Ribeiro, natural do lugar de Zambujal da freguesia de Atouguia, licenciou-se em economia (1958) e rapidamente tornou-se um cidadão interveniente na sociedade contra o regime, designadamente através da sua participação no movimento do associativismo estudantil no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa. Avançou com a sua filiação ao Partido Comunista Português em 1959, tendo sido um preso político em duas ocasiões em virtude do seu combate ativo à ditadura, saindo da prisão de Caxias na madrugada de 27 de abril de 1974. -----

Após a revolução chefiou delegações às conferências da Organização Internacional de Trabalho em 1974 e 1975, foi diretor geral do emprego em 1975 e foi docente universitário em várias entidades. Entre 1977 e 1985 foi consultor chefe de missões na ONU/OIT em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique, mas também com passagens em outros países africanos. -----



Foi um cidadão politicamente ativo, tendo sido deputado à assembleia da república e ao parlamento europeu, 1986-1999 e 2004-2005, respetivamente, sendo eleito igualmente à assembleia municipal da Amadora no mandato de 1976 a 1979 e em Ourém em cinco distintos mandatos de quatro anos. -----

Igualmente ativo no domínio associativo em várias organizações, destacamos o seu percurso enquanto dirigente da Casa de Ourém em Lisboa em 1953, na Federação Portuguesa de Atletismo de 1961 a 1962, na Juventude Oureense de 2004 a 2015 ou na Universidade Sénior de Ourém. -----

No seu percurso também destacamos a sua paixão pelos livros, tendo sido editor e livreiro “Som da Tinta” deixando uma marca relevante em diversas obras, havendo doado o seu espólio à Câmara Municipal de Ourém para a criação do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro, na antiga escola primária em Zambujal. -----

Pelo seu percurso de vida e por se tratar de figura incontornável do nosso concelho de Ourém, foi merecedor da distinta e mais elevada distinção municipal, com a atribuição da medalha de ouro municipal, decorria o ano de 2018. -----

Propomos, assim, um Voto de Pesar, homenageando a memória do Dr. Sérgio Ribeiro e, caso seja aprovado, deve ser dado conhecimento à sua família.” -----

-----Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio -----

----- VOTO DE RECONHECIMENTO -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, grupo municipal Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

DECLARAÇÃO - Balanço do Ano Letivo 2023/2024 -----

Terminou o ano letivo 2023/2024 para a larga maioria dos alunos da educação pré-escolar e do ensino básico, atendendo que os restantes alunos se encontram em período de exames e provas finais. -----



Podemos afirmar que o ano letivo que agora termina foi marcado por uma forte instabilidade nas escolas nacionais por diversas razões apontadas pelos docentes, só atenuada no último mês, com a possibilidade da recuperação do tempo de serviço para um número significativo de docentes. -----

A Educação debate-se com um grave problema de falta de professores, deixando muitos alunos sem aulas em algumas disciplinas, o que certamente irá provocar bastantes constrangimentos nas aprendizagens dos alunos. -----

Esta falta de professores constitui um sério problema para o país, agravado por políticas pouco assertivas nos últimos anos e que em nada contribuíram para motivar os alunos a frequentar cursos superiores via de ensino. -----

O atual governo pretende combater essa mesma realidade e apresentou recentemente um conjunto de medidas com vista a minimizar o problema a curto prazo, e simultaneamente atrair mais jovens para a carreira docente. -----

Sabemos que, no concelho de Ourém, o problema da falta de professores ainda não se fez sentir com a mesma gravidade de outras zonas do país. Por outro lado, temos conhecimento que se registou ao longo de todo o ano letivo um aumento de alunos, embora mais atenuado do que no ano letivo anterior, verificando-se que a maioria são alunos de outras nacionalidades.

O Município de Ourém acompanha de forma regular todas as necessidades identificadas pelos diretores dos estabelecimentos escolares e encarregados de educação desde a educação pré-escolar até final da escolaridade obrigatória, com vista a criar as melhores condições de trabalho para os docentes e não docentes e dessa forma proporcionar igualdade de oportunidades para todos os alunos. -----

Ao longo do ano desenvolveu diversas atividades e projetos com o objetivo de contribuir para uma prestação de serviço educativo de qualidade no concelho. -----

Exemplo disso é a equipa do Centro Local para o Sucesso Educativo (CLPSE) composto por técnicos de educação, psicologia, terapia da fala e nutricionista que diariamente desenvolvem projetos nas escolas com vista à redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo dos alunos do concelho. -----



Em Ourém temos assistido a uma política municipal integrada que não se circunscreve ao exercício das competências do pelouro da educação, destacando-se as interações com as áreas de ação social e da cultura. Cada vez mais deve ser este o caminho a percorrer. Têm de existir interações organizacionais entre todos os intervenientes no processo educativo, onde o município tem tido um papel cada vez mais importante. -----

O grupo dos deputados municipais do PSD/CDS apresenta assim um voto de reconhecimento ao Município pelo acompanhamento que efetua na prevenção de eventuais constrangimentos existentes nos estabelecimentos de educação e ensino, destacando igualmente todo o trabalho desenvolvido pela comunidade educativa (direções escolares, pessoal docente, pessoal não docente e demais técnicos) em prol da educação do concelho.” -----

-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Reconhecimento aprovado, por unanimidade** -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, Presidente Junta de Freguesia Fátima, apresentou o seguinte voto de pesar em homenagem a António da Conceição Carreira -----

Com um sentimento de profunda consternação, recebemos recentemente a notícia do falecimento de António da Conceição Carreira, o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, democraticamente eleito após a Revolução de 25 de Abril, entre 1977 e 1979. -----

O autarca desempenhou também funções de vereador na Câmara Municipal de Ourém, cimentando um longo historial de dedicação à causa pública. -----

O percurso como autarca e vereador fica marcado pelo comprometimento, abnegação e competência que imprimiu no trabalho desenvolvido, sempre em prol do bem comum e em defesa do interesse público. -----

Durante os anos em que esteve ao serviço da causa pública, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de Fátima e do concelho de Ourém, com reflexo na melhoria das condições de vida de todos os ourenses. -----

Neste momento de tristeza, apresentamos assim uma proposta de votação a esta Assembleia de um voto de pesar pelo falecimento de António Conceição Ferreira, com a expressão das mais sentidas condolências a sua família e amigos.” -----



-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio** -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, Presidente Junta de Freguesia Fátima, expôs o seguinte: “No dia 11 de maio de 2024 foi um dia importante para a Freguesia de Fátima e particularmente para Aljustrel, aldeia que faz parte de uma cidade ainda jovem, com 25 anos, a cidade de Fátima. Em 1917, Aljustrel seria uma aldeia igual a tantas outras da Freguesia de Fátima. As aparições na Cova da Iria vieram alterar a realidade. A aldeia rural, dependente da agricultura da pastorícia, claramente se perdeu, embora se procure manter as características rurais nalgum do seu património edificado. -----

Não se pode falar de Aljustrel sem se fazer a ligação ao altar do mundo, um eixo fundamental de peregrinação que atravessa a cidade de Fátima com a origem no Santuário e termina em Aljustrel. Esta é uma das aldeias mais visitadas a nível mundial que necessitava e necessita de uma visão estratégica que permita a criação de um espaço digno a ser visitado e fruído pelos milhões de visitantes que aqui se deslocam anualmente. -----

O turismo religioso foi e é fundamental para o desenvolvimento de Fátima. É o nosso principal gerador de riqueza e, para além de dinamizar a economia local, emprega grande parte da população de Fátima e das localidades vizinhas. -----

Fátima e Aljustrel e outros locais de vivência dos pastorinhos tornaram-se locais de visibilidade e difusão mundial, como polo católico de peregrinação e devoção. Havia, portanto, uma necessidade premente de intervenção em Aljustrel. Em 1961, a Casa dos Videntes recebeu classificações patrimoniais como imóveis de interesse público, uma distinção que visou a salvaguarda e valorização dos edifícios, bem como a implementação de dois anéis de proteção num raio de 50 metros a partir dos bens classificados. -----

Houve até 1993 diversas tentativas de planeamento, mas não passaram de esboços, coisas vagas e nunca instrumentos plenamente eficazes do ponto de vista prático e legal. Aljustrel nunca foi integrada em nenhuma destes instrumentos de planeamento iniciados. Só em 1994, a Câmara Municipal de Ourém deliberou a elaboração de um Plano de Pormenor para Aljustrel. Após várias revisões em 1997, a última versão ficou concluída, mas não houve um consenso



final sobre a sua aplicação. Em janeiro de 2002 e 2003 foi ratificado o novo Plano de Urbanização de Fátima. -----

Sobre Aljustrel refere este plano: *“É um dos núcleos urbanos iniciais do atual aglomerado de Fátima, apresentando hoje um caráter histórico e religioso que se pretende salvaguardar. O Plano de Pormenor de Aljustrel estabelece as condições especiais de uso, ocupação e transformação do solo para esta unidade”*. -----

Recorde-se que, não há muitos anos, a Junta de Freguesia de Fátima fez pequenas intervenções simples e em termos de requalificação de muros e colocação de calçada. Podemos e devemos pugnar por vir a ter a aldeia de Aljustrel do tempo moderno, a aldeia que faz parte da grande cidade de Fátima, sem esquecer que a identidade deste local passa pela população residente que na sua maior parte é descendente da população que habitava o local antes de 1907 e que dá um sentido de comunidade ao local, mas também pelo património, particularmente, o edificado. -----

Hoje temos de realçar, enaltecer e agradecer a recente intervenção da Câmara Municipal por realizar a intervenção no espaço público de Aljustrel, na reestruturação das suas redes de infraestruturas, no ordenamento e sistematização do estacionamento automóvel e na requalificação do já referido espaço público e a qual designaram por primeira fase de requalificação de Aljustrel. Estas obras de requalificação trazem um conjunto de melhorias importantes a uma aldeia de referência da história de Fátima, ponto de passagem de milhares de pessoas e que a partir de agora se pode orgulhar de poder permitir o usufruto digno e moderno a todos os que nos visitam, bem como melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. -----

A este executivo municipal que finalmente teve coragem para iniciar a intervenção e requalificação de Aljustrel, o nosso muito obrigado. -----

Ficamos a aguardar a segunda fase de intervenção. -----

Muito obrigado.” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, grupo municipal Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “FEIROURÉM 2024 -----



A edição de 2024 da FEIROURÉM encerrou no passado dia 23 de junho em verdadeira apoteose, com milhares de pessoas a assistirem ao concerto dos Calema, numa noite que fechou, com chave de ouro, este evento que é, sem dúvida, a maior festa do concelho de Ourém. -----

O êxito do certame é motivo de orgulho para o Município de Ourém, que ao fim de longos anos de interrupção, decidiu voltar a apostar na Feirourém para alegria dos ourienses que a acolheram de braços abertos e a sua resposta não se fez esperar: ano após ano temos mais público, mais qualidade e mais sucesso! -----

Este ano, a Feirourém contou com a presença dos parceiros internacionais da Associação Shrines Of Europe, presidida precisamente por Ourém, que veio dar um outro mote ao evento, dando a oportunidade aos visitantes de ficarem a conhecer melhor as seis cidades-santuário europeias que, tal como Ourém integram a associação, através de espetáculos musicais, destacando-se o Festival *Shrines Of Europe*, mostras gastronómicas e iniciativas culturais que permitiram um maior conhecimento das tradições, usos e costumes dos países parceiros. -----

Uma vez mais as Juntas de Freguesia tiveram uma participação especial com mostra dos seus projetos, iniciativas, gastronomia, assim como as associações do concelho que marcaram presença nos bares e restauração, revelando uma grande dinâmica. A participação destas instituições na Feirourém é sinónimo da boa e saudável parceria existente entre estas e o Município. -----

As diversões, as demonstrações desportivas e o street food deram outra cor à feira, cujo cartaz de concertos de grande nível e para todos os gostos e idades, trouxe milhares de pessoas à cidade entre os dias 19 e 23 de junho. -----

Sem dúvida que a sardinhada e o festival de folclore, pela tradição que encerram, foram também dois momentos muito importantes. -----

E agora palavras de apreço e agradecimento a todos os expositores e setor empresarial, que nos presentearam com mostras de enorme qualidade e oferta diversificada, revelando preocupação em tornar a Feirourém cada vez mais interessante. -----

Agradecemos também às presenças institucionais e, especialmente, à Camara Municipal de Ourém pela aposta neste evento e, acima de tudo, aos Ourienses, por terem aderido em massa



e por terem procurado a Feirourém para se divertirem e conviverem, sobretudo, em família, pois o programa assim o permitia.” -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado os seguintes pedidos de intervenção: -----

----- MARIA DO ROSÁRIO CARRANÇA, natural do concelho de Ourém, expôs o seguinte: “Gostaria de dar conhecimento de uma coisa que acontece neste nosso concelho, uma coisa insólita e eu queria dar conhecimento a todos, se é que não têm esse conhecimento, mas se calhar não têm todos. -----

Há pessoas neste concelho, eu sou uma delas, que do seu bolso, do seu dinheirito que é pouco, todos os meses agarram nalgumas gatinhas, nalguns gatos e vão a alguns veterinários que lá fazem “um preço mais amigo” e pagamos do nosso bolso a esterilização dos animais errantes. Portanto, fazemos aquilo que a Câmara deveria fazer. Fazemo-lo quando podíamos gastar esse dinheiro noutras coisas, em nós próprios ou noutras coisas que assim o entendêssemos. -----

Trago aqui esta questão porque não consigo entender, porque é que um programa que é apoiado pelo governo não teve, pelo menos que eu saiba, até hoje foi-me sempre dito que não, a adesão da Câmara Municipal. Acho que é um erro e acho que devíamos melhorar esta situação, para bem dos animais, em primeiro lugar, mas também para bem de todos nós. Depois, uma outra questão também negativa. O CRO tem de facto um trabalho meritório. Repito, já falei nele. Há muitos animais que são entregues no canil. Felizmente que o canil promove imenso e tem imensos resultados satisfatórios na adoção desses animais e naturalmente em algumas obrigações. Uma delas é a castração. Ao dar ou adotar um animal no canil, o dono tem o direito de receber esse animal castrado, vacinado, chipado. Castrado, repito. Neste momento não acontece porquê? Neste momento não há castração. Porque não



há veterinária para fazer esse serviço. Fico espantada. Como é que isto é possível? Um canil que tem essa obrigação, agora eu vou buscar um animal e ele não é castrado porque não há veterinário. Parece que houve um concurso, e eu estou a dizer apenas aquilo que eu sei, portanto, atenção, não sei os meandros todos, houve um concurso, mas estão à espera há um mês, um mês e tal dois meses. Mas porquê? O que é que se passa? Não pode haver um canil municipal sem um veterinário que possa castrar os animais que lá se encontram e que saem para adoção e outras situações, por vezes graves. Ainda há dias perguntei como é que se faz aquando destas situações? Disseram, vamos a um privado. A um privado e a Câmara paga a um privado? Portanto, não sei se tem alguma informação sobre este assunto, mas se houver, eu gostaria imenso que me fosse facultada a mim e outras pessoas que também se interessam pelo mesmo assunto. -----

Uma outra questão é a Ação Social. É uma área que também tenho uma enorme sensibilização perante ela. É uma área que enquadra muitas pessoas com imensa vulnerabilidade e, como sabem tão bem como eu ou melhor do que eu, é de facto necessário haver a implementação de políticas que venham ao encontro das necessidades das pessoas e as possam ajudar. Acompanho alguns casos, nomeadamente um caso em concreto, e sabem que essas pessoas são vulneráveis. Recebem da área social da Câmara Municipal aquilo chamado avio. Todos os meses têm um saquito, um saco onde são entregues bens alimentares, o arroz, a massa. Não é uma grande ajuda, mas é uma pequena ajuda que é dada pela ação social da Câmara e eu congratulo-me por isso. Não sendo muito boa é boa para quem a recebe. -----

Fui confrontada com uma situação de uma pessoa que recebe esse “avio” e que em maio não houve “avio”, porque não havia bens. Essa pessoa não recebeu o “avio” em maio. -----

Outra situação que eu fui alertada e que está a acontecer nessa questão em concreto. A pessoa em junho deveria receber o dobro, o de maio e o de junho, mas não sei. Essa pessoa adoeceu e não pôde ir buscar. Esse departamento entende que deve ser entregue à terça feira. Tudo bem, é uma questão de organização. Mas, na terça feira a pessoa está doente, então a pessoa não pode ir à quarta buscar o seu saquito, não pode ir à quinta feira buscar um saquito? Não. Pelos vistos não. Se a pessoa tiver sempre problemas à terça feira não recebe o



“avio”. Quem fica com o problema resolvido a Câmara ou a pessoa? Não sei. Se conseguirem responder, eu agradecia. -----

Muito obrigada senhor Presidente” -----

----- DANIEL BENTO, natural do concelho de Ourém, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Municípes, as minhas cordiais saudações. -----

Há duas questões que me continuam a preocupar e que em fevereiro de 2023, tive a oportunidade de, numa reunião pública da Câmara, em que estiveram presentes algumas dezenas de pessoas e que se estavam a manifestar, concretamente, com preocupações relativamente à situação da saúde, que estávamos a atravessar, um conjunto de preocupações, enfim, mesmo preocupantes no nosso concelho. -----

O que é facto é que, daí para cá, o tempo passou e os problemas persistem. É caso para dizer que a Saúde do nosso concelho não está nada saudável, ou continua a não estar nada saudável. Quando temos 40% da população sem médico de família, mais de 18.000 utentes sem médico de família, devemos certamente estar todos preocupados. Nós, enquanto municípes, os senhores, enquanto autarcas, naturalmente estarão preocupados. -----

Continuamos a ter freguesias que não têm médico de família, neste momento. Continuamos a ter aquele problema da saída dos médicos. Continuamos a ter os médicos que, reformados, naturalmente vão à sua nova situação. A Câmara encetou aquele projeto de Bata Branca para tentar sustentar a situação. Naturalmente, foi um paliativo para um problema que carece de outras soluções. E as soluções, naturalmente, prendem-se com a capacidade que haja de atratividade de médicos enquanto as suas carreiras, enquanto as suas remunerações não forem naturalmente alteradas. -----

E a minha pergunta é, perante este quadro em que não há, realmente não tem havido, enfim, alterações substanciais, e quanto à incapacidade de resposta, também agora, na nova situação que temos com o Hospital de Leiria, continuamos a ter o velho problema que é não ter aqui, no nosso concelho, um serviço de atendimento de urgências, como é que a Câmara, preocupada que está, e acredito que sim, qual é o conjunto de medidas que tem para tentar, enfim, colmatar, ultrapassar, ajudar a combater esta situação. -----



Segunda questão, transportes. Nessa mesma reunião, levantei uma outra questão que se prendia, na altura estava-se a discutir o plano da ferrovia, era fevereiro/março, e coloquei ao senhor Presidente da Câmara a importância que tinha a questão da ferrovia, nomeadamente a Linha do Norte que atravessa o nosso concelho e que tem uma estação que é Caxarias, à qual acrescentaram um nome de Fátima e que leva a que pessoas que vêm de Lisboa para irem a Fátima, caiam na esparrela da estação de Caxarias e depois confrontam-se com problemas de transporte para lá. Essa situação foi levantada. Pus a questão da importância que tinha a valorização desta infraestrutura, a ferrovia. O papel que a Câmara teria de também junto ao operador da CP, tentar que os Intercidades que passam por lá, e que não param, havendo muitos Intercidades que não param. A questão do próprio Alfa, que no início da sua existência ainda parou, mas depois, logo a seguir desapareceu, mas é uma questão também importante. E atendendo aquela questão do fenómeno religioso, temos a questão de Fátima. A possibilidade que as pessoas teriam de vir, e vêm muitas pessoas, e que são enganadas, chega, a Caxarias e são confrontadas com um problema que é não terem a resposta adequada logo para essa situação. A questão era a valorização da ferrovia, e como é uma estação que tem uma centralidade muito particular relativamente a todo o concelho, a todas as freguesias, com uma melhor utilização, com a maior utilização de horários a funcionar, com correspondências em termos de serviço de autocarros para serem transportados, para as diversas freguesias. Enfim, penso que haveria aí todo um trabalho a fazer. -----

Na altura, o senhor Presidente da Câmara, talvez por emoção da situação que estávamos a ter com a Saúde, não se referiu a isso. Mas, continua a ser importante. É essa a minha preocupação. -----

Também dentro deste aspeto dos transportes, há um outro problema que se prende com o transporte rodoviário. A escola acabou e agora as freguesias, na sua esmagadora maioria, veem limitada a sua possibilidade de mobilidade, como vocês sabem. -----

Há uma iniciativa que foi muito bem, eu saúdo, a criação do TUFO. Mas o TUFO circula praticamente nas freguesias urbanas, portanto não abrange todo um território, todo um território que está carenciado desses transportes e que seria importante. O desenvolvimento de um território prende-se naturalmente com a possibilidade de mobilidade dos transportes que



existam. Isso é fundamental. Agora apareceu também uma outra experiência, entre Ourém e Tomar, o que saúdo também, mas dizer que era importante que isto fosse alargado, senão continuamos a funcionar como se Ourém e Fátima fossem oásis no meio do deserto. -----

Gostaria que fosse todo o concelho considerado no seu conjunto. -----

Por último, só uma pergunta senhor Presidente. Gostava de perceber, porque estamos em vias de ter uma solução que vai ser naturalmente aqui discutida na Assembleia, e que tem a ver com a minha freguesia, a freguesia de Urqueira. E perguntava muito concretamente porque desconheço, junto ao espaço envolvente da empresa da Vigobloco, aqueles terrenos que existem, está previsto no Plano Diretor Municipal a utilização desses terrenos para fins industriais, instalação de empresas, industriais ou não, pode ser de serviços também. Há alguma coisa que foi já em tempos atrás, feito, projetado, pensado sobre esta situação? -----

Muito concretamente, agradecia. -----

Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

----- Tomando a palavra o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte:

“Muito bom dia. -----

Cumprimento assim toda a mesa, senhores Deputados municipais, público presente e também uma saudação muito especial aos oito munícipes que hoje estão aqui connosco. Penso que, desde que ocupo estas funções, será a Assembleia que tem mais público. -----

E uma saudação muito especial aos quatro jovens que aqui estão também, o que demonstra que efetivamente, os jovens também se interessam pela causa pública. Uma saudação muito especial para eles por terem vindo a esta Assembleia Municipal. -----

Sobre as questões colocadas por estes dois munícipes: -----

À D. ROSÁRIO CARRAÇA. O primeiro desafio que lhe deixo é que se tornem voluntárias do CRO, porque nós estamos a aceitar voluntários e, portanto, nada melhor do que duas pessoas, ou pelo menos uma que demonstra interesse no CRO que ali se dirija e que se constitua como voluntário, porque nós precisamos efetivamente de pessoas voluntárias. Sendo voluntária no CRO, estando ali, as sugestões que aqui deixou talvez possa deixar lá e podem também fazer sentido e talvez algumas delas pode perceber que já estão a ser desenvolvidas. Era este o desafio que lhe deixava. Dirija-se ao CRO e peça para ser voluntária e nós, obviamente,



teremos todo o gosto em tê-la como voluntária e ali também trabalhar e ajudar-nos a tomar conta dos animais que ali se encontram. -----

Em relação à questão do veterinário. Nós temos veterinário municipal, mas como tudo na vida, também há os médicos que podem operar, aqueles que são de medicina geral, aqueles que são os neurologistas, os ortopedistas e o veterinário também não tem as valências todas e, portanto, o nosso veterinário não pode porque não tem essa competência de fazer esterilizações. Nesse sentido, temos que contratar fora, o que é normal, porque não podemos ter um veterinário só para esterilizar, como deve calcular. Estamos e já tivemos, o ano passado, e estamos neste momento, numa fase de contratação de esterilização de uma médica ou de um médico, ou de uma empresa, não sei exatamente, alguém para fazer a esterilização dos animais errantes que são capturados, e que só saem do canil devidamente esterilizados. Portanto, nós fazemos isso. Mas, como lhe disse, se estivesse ali presente, também poderia saber dessa situação. -----

Em relação à ação social, nós acompanhamos muitas famílias, infelizmente, também por força das dificuldades que as famílias vão sentindo, tem vindo a aumentar o número de famílias acompanhadas e dentro das nossas competências, dentro das nossas possibilidades, vamos também acompanhando essas famílias. -----

Em relação à situação que aqui colocou, acho que deve ser colocada à Segurança Social, porque a Segurança Social tem programas de apoio para fornecer refeições diárias que são fornecidas na APDAF, são fornecidas no Centro Social da Ribeira do Fárrio, e lá deve-se inscrever, porque aí é que as pessoas podem ter acesso, como as dezenas de pessoas do nosso concelho que têm acesso por força das suas dificuldades, têm acesso às refeições diárias fornecidas pela Segurança Social através dessas IPSS. Portanto, aconselho a senhora a que fale com a sua amiga ou com a sua conhecida, que se dirija à Câmara Municipal para que a Câmara Municipal possa identificar a situação e eventualmente, encaminhá-la para quem de direito, para essas entidades que fazem esse trabalho. -----

Ao senhor DANIEL BENTO. Acho que o senhor Daniel, como muitas pessoas, ainda não perceberam que o Município de Ourém não tem qualquer competência na colocação de médicos. O que aqui trouxe deve fazê-lo chegar ao Ministério da Saúde. Aí sim, porque o



Ministério da Saúde é que tem a única e exclusiva competência de colocar médicos nos concelhos, nos postos de Saúde. Portanto, convido a que se dirija, quanto muito, à ULS Leiria, porque é a responsável por essa situação, ou ao Ministério da Saúde para reclamar aquilo que aqui nos trouxe. -----

Dizer-lhe que o Município de Ourém, tem feito um esforço enorme, mesmo não tendo essa competência. Nós temos hoje dez médicos do projeto Bata Branca no concelho. Só uma freguesia hoje é que não tem assistência médica, que é a Atouguia, todas as outras freguesias têm assistência médica. Nós estamos a gastar mais de 100.000 € por ano a pagar o complemento das horas, do valor hora, aos médicos que aqui estão para que possamos ter esses médicos aqui no concelho. -----

E, vou falar isso na minha intervenção a seguir, estamos a pedir um acréscimo de mais 25 horas ao projeto Bata Branca para complementar aquilo que entendemos que ainda falta para que todas as pessoas fiquem servidas, minimamente, com assistência médica. Obviamente, não é a situação que todos queremos, não é a situação ideal, porque, como disse, a situação ideal é ter médicos de família. Como disse, deve-se dirigir à ULS Leiria ou ao Ministério da Saúde para tentar questionar essa situação. -----

Em relação aos transportes. Falou no TUFO, mas também poderia falar nos “transportes a pedido”. Não sei se conhece esse projeto que existe há anos. Basta ligar para os números identificados e a pessoa vai à sua porta e faz o transporte que entender para a sede do concelho, para Fátima, para as cidades do Médio Tejo e, portanto, a um preço baratíssimo. Quando diz que não há transportes, penso que é por desconhecimento, porque se recorrer a este projeto, disponível em todo o concelho, os táxis virão à sua porta, aos locais identificados e farão os transportes que as pessoas entenderem para determinados locais, incluindo, como disse, para as cidades de todo o Médio Tejo. -----

Em relação à ferrovia. Todos nós sabemos que a ferrovia atravessa o nosso concelho, a principal linha ferroviária do país, a linha do Norte. Uma linha, uma estação que acho que poderia ser mais bem aproveitada, mas não nos podemos esquecer que muito perto da linha da estação de Caxarias temos outras estações importantes no nosso território, no nosso país e que os horários, por vezes, não são fáceis de compatibilizar com os interesses de todas as



peessoas. Penso que ainda há alguma compatibilização entre os transportes ferroviários e os transportes rodoviários, mas acho que isso também é uma situação que podemos melhorar, embora também, como sabe, a ferrovia não é uma competência direta do Município. -----

Já os transportes, através da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, sim, podemos ter alguma intervenção. Por exemplo, a partir deste ano, iremos ter durante o verão um transporte diário para o Agroal, no sentido de procurar também resolver um pouco o problema do estacionamento, da falta de estacionamento que existe na praia fluvial do Agroal. Irá haver também um transfer diário de Formigais para o Agroal, no sentido de que as pessoas possam deixar os carros mais longe e irem seguramente e comodamente para a praia. -----

Eram estes os esclarecimentos que tinha para dar. -----

Muito obrigado.” -----

02.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados ourenses, -----

Permitam-me que dê início a esta minha intervenção, realçando mais um grande vento que tivemos a oportunidade de levar a cabo muito recentemente. Falo da FeirOurém e faço-o com



grande orgulho e satisfação, por constatar que também esta edição resultou num enorme sucesso. -----

Pelo sétimo ano consecutivo, a FeirOurém superou todas as expectativas, concentrando em si, dezenas de milhares de visitantes entre o Parque da Cidade e o Centro Municipal de Exposições. Foram dias intensos, de muito trabalho e grande alegria. -----

Aproveito este momento para agradecer a todos os que de forma direta ou indireta participaram na realização e organização do evento, nomeadamente aos funcionários da autarquia, às juntas de freguesia, às associações e instituições, aos expositores e a todos os que contribuíram positivamente para este certame. -----

Permitam-me que aqui partilhe convosco o orgulho que senti, também por constatar que a esta edição da FeirOurém incluiu o Festival Shrines Of Europe no seu cartaz. -----

Ao longo destes dias de feira, tivemos a oportunidade de tomar contacto com os seis municípios europeus que acompanham Ourém na referida Associação. -----

Foi um marco especial na história da FeirOurém, como foi seguramente um momento histórico para o nosso Concelho. O Festival Shrines Of Europe já tinha acontecido em Altötting e Czestochowa, na Alemanha e na Polónia, respetivamente. Perante o sucesso dessas edições, entendemos que a FeirOurém poderia ser o local ideal para acolher uma terceira edição deste festival internacional. Não nos enganámos. -----

Durante estes dias, tivemos a oportunidade de dar a conhecer um pouco do nosso território aos representantes destes seis municípios europeus. Foram dias igualmente importantes por conta da realização da Assembleia Geral da Associação Shrines Of Europe. E foi nesta sessão magna que tive o privilégio de ser reconduzido, como seu presidente, para mais um mandato.

Se há três anos aceitei, com toda a honra, tornar-me no primeiro presidente da história desta associação, foi também com enorme orgulho e ainda maior sentido de responsabilidade, que aceitei o desafio dos meus colegas para continuar a dirigir a associação. -----

Encerrando este capítulo da minha intervenção, reitero publicamente o meu agradecimento pessoal e institucional aos senhores presidentes e representantes dos municípios de Altötting, Lourdes, Loreto, Czestochowa, Mariazell e Einsideln, por terem aceitado o desafio que Ourém



lhes lançou, no sentido de virem até nós, e assim aproveitarem a FeirOurém para darem a conhecer as suas cidades e respetivas potencialidades. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Permitam-me agora que, também aqui perante os senhores deputados desta digníssima Assembleia, destaque mais um par de acontecimentos muito importantes, desta vez no campo do reconhecimento de Ourém enquanto concelho cada vez mais atrativo do ponto de vista turístico. -----

A Praia Fluvial do Agroal e o Santuário de Fátima foram distinguidos com o Prémio 5 Estrelas Regiões, no passado mês de maio. Estes prémios resultam da avaliação feita com base no grau de satisfação manifestado por cerca de 454 mil consumidores. -----

Estamos a falar de praticamente meio milhão de pessoas que identificaram a Praia Fluvial do Agroal e o Santuário de Fátima, como dois exemplos perfeitos daquilo que melhor existe no nosso país, sendo um orgulho receber mais um prémio externo ao Município de Ourém. -----

Outra menção que merece o nosso regozijo é o prémio atribuído pelo Turismo Centro de Portugal a Fátima, revelando a projeção e dinamização desta marca. Esta distinção faz justiça à reputação e notoriedade que Fátima tem conquistado em Portugal e além-fronteiras, graças ao vasto trabalho desenvolvido na promoção desta marca, enquanto um dos ex-líbris da região centro e de Portugal em todo o Mundo. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Ainda a propósito da Praia Fluvial do Agroal e também porque já entrámos na época balnear do Concelho de Ourém, merece igual enfoque a qualidade desta verdadeira maravilha natural. Mais uma vez, o Agroal foi reconhecido pelas altas instâncias como um local seguro e acessível. -----

Bandeira Azul, Bandeira Praia Acessível e Bandeira de Ouro são galardões que ostentamos orgulhosamente na nossa Praia, sobretudo porque são o espelho fiel do trabalho contínuo e da aposta firme que o Município de Ourém tem feito naquele local. -----

Ano após ano, o Agroal recebe milhares de visitantes. Milhares de pessoas que vêm dos quatro cantos de Portugal, mas que também chegam até nós desde o estrangeiro. -----



E não falo apenas nos milhares de emigrantes que visitam a praia fluvial ao longo do verão. Falo também no número crescente de turistas estrangeiros que visitam o nosso Concelho, procurando destinos alternativos, mas igualmente merecedores de uma visita. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Com a chegada do verão assistimos também ao final do Ano Letivo. Um ano que, à semelhança dos anteriores, voltou a ficar marcado pelo trabalho articulado entre o Município de Ourém e os diversos estabelecimentos de ensino sediados no nosso Concelho. -----

O final do ano letivo é um momento de despedida, de agradecimento aos professores, alunos, pais e demais profissionais da educação que colaboraram para o bom funcionamento das atividades escolares. A todos, muito obrigado pela parceria e pelo trabalho incansável ao longo de 2023/24. -----

É hora de reconhecer o esforço de todos, mas também começa o tempo de nos prepararmos para um novo ciclo que se inicia. A preparação do próximo ano escolar requer planeamento, organização e dedicação. -----

É fundamental que a comunidade escolar consiga oferecer condições adequadas para que os alunos possam desenvolver todo o seu potencial. Devemos procurar a excelência, propondo iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação na nossa comunidade. ---

Enquanto Presidente da Câmara Municipal, expresso uma vez mais que o Município de Ourém terá sempre a porta aberta aos todos os diretores e professores que conosco trabalhem em prol da educação das nossas crianças e dos nossos jovens. A autarquia será sempre parceria dos agrupamentos escolares, bem como das instituições privadas que operam no nosso Concelho. -----

Caminhando e trabalhando juntos, podemos construir um futuro promissor para os nossos filhos. Uma vez mais, quero expressar a minha gratidão a todos os envolvidos no processo educacional e reafirmar o meu compromisso em trabalhar incansavelmente para garantir o melhor para a nossa comunidade escolar. -----

Com base neste pressuposto vem a esta Assembleia um conjunto de protocolos com diversas instituições, parceiras no processo educativo, com vista à construção de novas creches no



nosso território. Este é mais um passo decisivo para colmatar esta lacuna providenciando um importante investimento financeiro aos seus promotores. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Conforme referi na sessão solene, no dia 20 de junho, a área da saúde continua a ser uma das grandes preocupações dos munícipes e por inerência do executivo. O projeto “Bata Branca” está a permitir, de alguma forma, minimizar a grande falta de médicos existentes, pelo que, passado, aproximadamente, um ano do início da medida, importa efetuar aqui o seu balanço. Nos primeiros 8 meses contratualizamos 100 horas semanais, num total de 3200 horas e que correspondeu a aproximadamente 9600 consultas. A partir de fevereiro do corrente ano até ao presente, reforçamos o número de horas semanais para 150 horas, tendo-se realizado neste período cerca de 10.000 consultas. Bem sabemos que ainda existem falhas em algumas freguesias, que estamos a procurar resolver com a maior celeridade possível. Em súpula, desde o início do projeto foram disponibilizadas 20 000 consultas aos ourenses. -----

Estamos ainda a tentar junto da ULS, aumentar para as 175 horas semanais para tentar afetar mais médicos aos polos de saúde do nosso Concelho. Relembro que o município não tem competência nesta área, e que mesmo assim e com este projeto, estamos a assumir um investimento a rondar os 135 mil euros/ano, para procurar colmatar este problema. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Por ocasião do Feriado Municipal, tivemos a oportunidade de proceder à inauguração de algumas empreitadas de grande relevo e com grande impacto na vida de milhares de ourenses. -----

No passado dia 20 de junho foram inauguradas duas obras em plena cidade de Ourém. Falo da requalificação do troço entre a Rotunda do Ribeirinho e a Rua dos Álamos, e falo também da requalificação da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes. Tanto uma como outra, aludem a duas artérias importantes da cidade do Concelho, que há muito careciam de uma intervenção. As requalificações foram concluídas com sucesso, ambas as ruas servem agora a população e milhares de visitantes, de uma forma muito mais eficaz, segura e confortável. São duas empreitadas especialmente importantes, porque refletem o espírito de dezenas de outras que



temos levado a cabo ao longo dos últimos anos, não só nas cidades de Ourém e de Fátima, como também um pouco por todo o Concelho. -----

E a propósito do Concelho, não poderia deixar passar esta oportunidade sem destacar o orgulho que senti também neste último Feriado Municipal, quando da inauguração da nova Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda. -----

Ao longo dos últimos anos, tenho vindo a reforçar e a justificar a razão desta aposta, que é também uma aposta que tem uma marca muito vincada do Executivo que tenho a honra de liderar. -----

A Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda apresenta-se agora como um trunfo decisivo e capaz de mudar a história do nosso Concelho, nomeadamente da zona norte do nosso território. Já o disse e reafirmo: acreditamos convictamente neste equipamento, enquanto ferramenta essencial para criar emprego, gerar riqueza e combater o êxodo rural verificado na zona norte do nosso Concelho, ao longo dos últimos anos. -----

Tal como tive a oportunidade de anunciar recentemente, os lotes que integram esta nova área empresarial serão colocados à venda a partir do dia 3 de julho, resultando daqui mais um passo decisivo rumo à ativação de um espaço que será seguramente importante para atrair investimento, criar emprego, gerar riqueza e combater o êxodo rural, flagelo desde sempre associado à falta de apostas e de estruturas como esta nova Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Termino esta minha intervenção, com um tema que nos diz muito e que a todos nos toca, seguramente. Caminhamos a passos largos para a época crítica dos incêndios, pelo que importa redobrar esforços na área da sensibilização e também da responsabilização de todos os intervenientes. -----

A época crítica dos incêndios florestais é um período em que as condições climáticas se tornam propícias para a propagação rápida e devastadora do fogo nas florestas. O aumento das temperaturas, a baixa humidade do ar e os fortes ventos contribuem para a ocorrência de incêndios de grandes proporções, colocando em risco não apenas a biodiversidade das florestas, mas também as vidas humanas e os bens materiais. -----



É fundamental sensibilizar e responsabilizar as pessoas perante a importância de prevenir e combater os incêndios florestais. A consciencialização da população quanto aos riscos e consequências desses incêndios, é essencial para evitar a negligência e as práticas irresponsáveis, que muitas vezes resultam em novos focos de ignição. -----

Muito obrigado!” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa,	EMHMATT



	Transportes e Trânsito	
--	------------------------	--

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, antes de colocar as suas questões, abaixo transcritas, deixou as seguintes notas: -----

- Referiu a frequente alteração do lugar da senhora Vereadora do PS na mesa do Executivo ----

- Referiu ainda a questão do voluntariado no CRO, dando o exemplo da esposa que se inscreveu online, a 7 de março, não tendo qualquer resposta até ao momento, deduzindo que algo não está correto, ou há problemas no sistema ou a instituição não carece de voluntariado.

“Senhor Presidente, a minha primeira questão prende-se com as novas Bicicletas Elétricas da Região do Médio Tejo, denominadas “Meio B”, e a sua disponibilização nas cidades de Ourém e Fátima, nomeadamente: -----

- Se se confirma a existência de 6 estações de bicicletas em Fátima e de 4 em Ourém; -----

- E se nos pode fazer uma pequena memória descritiva do projeto e quando entrará em funcionamento efectivo. -----

Obrigado” -----

= **FRANCISCO EMANUEL MARQUES LOPES**, grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte:

“Senhor Presidente da Assembleia, cumprimento-o a si e a todos os presentes, assim como a quem assiste a esta sessão online. -----

Gostaria de questionar o senhor Presidente. Gostaria de saber se, uma vez que estão terminadas as obras na artéria principal da cidade, as artérias secundárias também vão ser alvo de alguma intervenção, nomeadamente ao nível do asfaltamento, porque uma vez que já apresenta grandes danos. -----

Obrigado.” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, representante grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente. -----



No passado dia 7 de junho, mais uma vez, foi hasteada a bandeira azul no Agroal, pelo oitavo ano consecutivo, ou seja, 2017 a 2024. Na altura, o Senhor Presidente referiu que iria proporcionar mais e melhores condições para quem ali se desloca. -----

A questão é o seguinte. Referiu ainda que vai haver mais investimento nesse sentido. O senhor Presidente estava a referir-se concretamente a que investimento ou a que obras? -----

Obrigado” -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, agora na sua intervenção, falou das 9000 consultas. Era possível dar a indicação de quantas são primeiras consultas e quantas é que são subsequentes. -----

E, numa última Assembleia municipal falou-se da poluição relacionada com a Caixamar. Era para saber se já havia alguma alteração, se havia novidades, se as autoridades competentes já fizeram diligências nesse sentido. -----

Obrigado” -----

= **PAULO LUÍS MARQUES NUNES**, Presidente União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Bom dia mais uma vez a todos -----

Gostaria de colocar duas questões simples. -----

Uma primeira é sobre a casa que ardeu nos incêndios de 2022, em julho de 2022, na Freixianda. O senhor Presidente poderia informar qual é o ponto da situação em que se encontra a obra? Se já tem uma data prevista para a conclusão dos trabalhos para que aquela família possa voltar ao seu espaço. Como sabem, é uma família pobre e com algumas dificuldades a nível mental. É uma preocupação de toda a União de Freguesias. -----

A segunda questão, senhor Presidente, sei que é uma competência da Junta de Freguesia, mas gostava de questionar ainda sobre os incêndios de 2022. Como sabem, a União de Freguesias da Freixianda foi fustigada pelos incêndios de 2022. Grande parte do seu território ardeu e como todos sabemos, a seguir começa a tiragem de madeiras, dos pinhais, dos eucaliptais, etc. E os caminhos vicinais que eu sei que são da responsabilidade da Junta de Freguesia, estão num estado lastimável. Mas isto não é uma situação normal. Isto foi uma situação anormal e nós não temos capacidade financeira para repor tanto quilómetro de caminho que está intransitável. -----



E eu pergunto-lhe se a Câmara está com a intenção de fazer algum protocolo com as juntas de Freguesia ou se tem alguma ideia, neste momento, em andamento para que, em conjunto, possamos solucionar este problema. -----

Muito obrigado” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte:

“Senhor Presidente, recentemente Fátima esteve outra vez nas bocas do mundo. Lamentavelmente pelas piores razões, um tumulto público. Um grupo de pessoas que não são fatimenses realmente, mas de pessoas que por lá vivem e por lá deambulam, culminando na morte de um deles, em frente aos Bombeiros ou em frente à GNR, na Avenida Alves Correia da Silva. -----

A minha pergunta vai no sentido de saber se a Câmara, dentro das suas possibilidades ou dentro da sua área de abrangência, está a tentar fazer ou se já tentou fazer alguma coisa no sentido de dar uma visibilidade diferente a esta realidade encapotada que se vive em Fátima, mas que acaba por ter alguma visibilidade pública, onde inclusive até os cidadãos que circulam, os pedestres que circulam por aquelas áreas, muitas vezes são incomodados com algumas tentativas de assédio. -----

Portanto, gostava de saber se existe algum esforço da Câmara ou se existe alguma tentativa da Câmara junto das entidades competentes no sentido de, já não digo aliviar, mas terminar com este tipo de comportamentos que em nada nos prestigia, sobretudo que Fátima foi considerada uma das cidades cinco estrelas. Penso que não é isto que nós queremos para as nossas terras. -----

Muito obrigado” -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAR FARIA**, Junta Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, expôs o seguinte: “Bom dia a todos -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. ---

Venho em substituição do senhor Presidente de Junta que não pode estar presente e ele pediu-me para fazer duas questões. -----



Uma delas, por acaso o senhor Presidente já falou ontem, no fim de Semana Cultural, que é o acesso do IC9 à Zona Industrial de Vilar dos Prazeres. Se pudesse repetir o que disse, agradecia. -----

Uma outra questão, tem a ver com os arranjos exteriores do Gimnodesportivo do Caneiro, gostaria de saber o ponto situação. -----

Aproveito ainda para falar de uma situação na zona do Centro Escolar de Vilar dos Prazeres. Ontem. Houve lá a festinha dos meninos, verificando-se grande complicação com o estacionamento. Há muitas pessoas a reclamar e muita confusão. Pergunto se dá para fazer alguma coisa. Há carros em cima dos passeios. Às 09h00 vem o autocarro. Uma confusão. -----

Obrigada” -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, Presidente Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. -----

A minha intervenção vai no sentido do pedido ao Município que analise o andamento do asfaltamento da Rua do Portinho. -----

Senhor Presidente, colocava-lhe a questão, se realmente está ou estão a pensar analisar a passagem de águas para consumo humano, ou seja, a rede de águas nesta via, nomeadamente, a ligação à Estrada Real. Gostaria que fosse analisada esta situação e saber se realmente isso é possível, pensando no futuro e na melhoria de águas em Caxarias. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Senhor Deputado João Pereira. Se a sua esposa quer ser voluntária, será voluntária, é tudo uma questão formal, estamos a precisar de voluntários. Admiro-me porque isso geralmente é um processo mais rápido, mas irei tentar perceber o que é que se passa. Mas, ela poderá começar já no início do próximo mês, podendo-se apresentar no CRO, será certamente bem recebida como serão todos aqueles que se interessam por estas causas. -----

Bicicletas elétricas. Na passada quinta feira foi apresentado um projeto de mobilidade elétrica que é comum a todos os municípios do Médio Tejo. O concelho de Ourém terá os cais que já aqui foram evidenciados, 6 em Fátima e 4 em Ourém. 20 bicicletas elétricas em Fátima. 10



bicicletas elétricas em Ourém, que já cá estão, falta apenas a ligação à parte elétrica de 3 cais no nosso concelho, neste caso à ERedes para que efetivamente o projeto possa ser implementado. Pensamos que durante a próxima semana, o mais tardar na semana seguinte, isso irá acontecer e as bicicletas serão disponibilizadas à população. Convido-os, desde já, a poderem instalar uma APP que foi criada para o efeito, que permitirá que todas as pessoas possam utilizar essas bicicletas através APP, porque será assim que irá funcionar e que se chama “meio B”. Convido todos os senhores deputados municipais, o público que possam instalá-la, para que possam usufruir deste meio de transporte, que será, neste caso, ainda um meio experimental que poderá ser depois alargado. Neste início teremos 30 bicicletas elétricas a circular em Ourém e em Fátima. -----

- Senhor Deputado Francisco Lopes. Asfaltamento de vias na cidade de Ourém. Efetivamente, a cidade de Ourém tem sido atingida por alguns constrangimentos rodoviários nos últimos meses, último ano talvez, fruto de algumas intervenções que temos vindo aqui a realizar, mas que eram extremamente necessárias, incluindo esta que está ainda a decorrer e que tem a ver com a substituição das condutas de água e com a ligação das condutas de água das captações de água na Caridade até ao reservatório da Lourinha, que irá ajudar a resolver, de vez, aquilo que acontece com muita frequência na cidade de Ourém, as populações ficarem horas e horas sem água, e por isso esta situação era fundamental. Andava a ser adiada há meses, há anos, e agora entendemos que era a altura certa para o fazer, porque também implicou intervenção naquele troço entre as rotundas e por isso foi nesta altura que entendemos fazê-lo. O que lhe posso dizer é que, aquilo que ainda hoje está em mau estado, pensamos que durante o mês de julho, possa ser asfaltado, estando já a decorrer um concurso para asfaltar as principais vias da cidade. Posso dizer que irão ser asfaltadas: a via desde a rotunda do Lidl, onde termina a intervenção que está ali a ser levada a cabo, até à descida a seguir à GNR, a descida para a 349. Toda essa via será asfaltada. Também a via que irá desde a rotunda dos Alvegas, Rotunda dos Álamos até ao Continente, irá ser toda asfaltada; a Rua Santa Teresa de Ourém, entre a Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e eh a Rua Tenente Coronel Moreira Lopes, intervencionadas as duas, havendo ali um meio que não foi intervencionado. E que também irá ser asfaltado. O Bairro 25 de setembro também irá ser asfaltado e a Rua



Teófilo Braga, em frente aos “Zé tem Tudo”, para quem conhece, também irá levar alcatrão. Estas são as intervenções que estão previstas serem feitas no próximo mês de julho, para que a cidade fique efetivamente com melhores condições para que as pessoas aqui possam circular melhor. -----

Aproveitando esta oportunidade, para dizer que no próximo dia 8 ou 9 de setembro, irão iniciar-se as obras da entrada nascente da cidade de Ourém, que ligará a saída de Ourém até ao viaduto do IC9, arranjando toda aquela zona também com passeios, com iluminação e mobiliário urbano, que também iremos iniciar. Adianto ainda que virá aqui também a autorização para que possamos lançar o concurso para a requalificação da Rua da Castela, com a ligação à Rua Dr. Armando Reis Vieira, que também pretendemos iniciá-la em janeiro do próximo ano. Portanto, senhor Deputado, são estas as informações que lhe posso dar sobre a cidade de Ourém e sobre aquilo que irá ocorrer de maior significado dentro da cidade nos próximos meses. -----

- Senhor Deputado Carlos Marques. O Agroal efetivamente tem sido uma das nossas preocupações e aqui temos vindo a investir ao longo destes últimos anos. Hoje, todos reconhecem que o Agroal é muito mais aprazível do que era há seis anos atrás e isso obviamente deve-se a um grande investimento que ali temos vindo a fazer. Mas, não queremos ficar por aqui. Como já tive a oportunidade de o dizer, iremos durante este Verão ter uma carreira especialmente dedicada a este local, tentando resolver ou melhorar pelo menos os constrangimentos de estacionamento que ali ocorrem. Temos a intenção de levar à reunião de câmara, daqui a 15 dias, uma proposta para adjudicar as obras que ali queremos fazer e que queremos iniciar também durante o mês de setembro, para criar mais uma piscina para jovens, para crianças e também para melhorar as acessibilidades na piscina atual, para que as pessoas com deficiência, com dificuldades motoras, possam ali aceder. Queremos também, e estamos também em negociação com três proprietários de terrenos a seguir à praia fluvial do Agroal, prolongar a praia para que mais pessoas ali possam aceder. Recordo que habitualmente já mais de 100.000 pessoas por ano ali acedem. E nós queremos dar as melhores condições para que todas essas pessoas que ali vêm possam ter vontade de voltar, que é, felizmente, aquilo que tem vindo a acontecer. Por isso, senhor Deputado, são estas as



intervenções que temos previsto fazer no Agroal, no futuro próximo e, tenho a certeza, irão ainda melhorar mais toda aquela praia fluvial. -----

- Senhor Deputado Victor Santos. Primeira consulta ou subsequentes? Obviamente não tenho esses elementos. O que eu sei é que foram 20.000 pessoas ou consultas que foram atendidas, e se não fosse o projeto Bata Branca não o seriam. Se foi a primeira consulta, a segunda, terceira ou quarta, não tenho esses elementos, como deve calcular. -----

Em relação à empresa que a Caixamar. O que posso dizer é que a APA notificou a empresa para regularizar a situação e por isso está a decorrer o processo junto da APA, entidade responsável pelo assunto, para que a empresa possa regularizar toda a situação que não está regularizada e que, obviamente, deve preocupar todos, porque estamos também a falar de algumas situações de incumprimento em termos ambientais que urge também regularizar.

- Senhor Presidente da União de Freguesias da Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais. Coloca duas questões, uma sobre a casa ardida e sobre o ressarcimento de despesas a pessoas particulares. Dizer-lhe que, infelizmente, e já lá vão dois anos desde os grandes incêndios que ocorreram na Freixianda, ainda nem tudo está resolvido. Queria deixar aqui também uma nota que o atual Governo, através da senhora Secretária de Estado da Habitação através IHRU tem, felizmente, dado celeridade ao processo nos últimos meses, senão as coisas estariam muito pior. O que posso dizer em relação a casa ardida é que ainda não recebemos 0,01 € do IHRU, mas neste momento já temos connosco, já fizemos uma adenda que nos foi solicitada pelo IHRU e estamos agora à espera que o IHRU remeta para os proprietários das casas um contrato para que eles possam assinar para que finalmente possam efetuar a primeira transferência. O que está a acontecer neste momento é que a casa está em andamento e o único valor que o empreiteiro recebeu foi cerca de 20.000 € por parte da Câmara Municipal. No início de julho iremos fazer uma segunda transferência, cerca de mais 21.000 €. É isso que tem permitido que a casa continue em andamento, esperando que, durante este verão, possa ser finalmente entregue aos donos, porque, como disse, trata-se de uma situação também grave e que importa resolver o mais rapidamente possível, até porque o IHRU está a suportar as rendas da casa onde essas pessoas neste momento estão a habitar,



embora também com atraso, porque não têm pago. Tenho a esperança que nos próximos dias isso possa ser resolvido, porque recentemente também recebemos essa comunicação. -----

Em relação ao ressarcimento das despesas. Dizer que esta também é uma situação triste, porque as pessoas de outros concelhos que tiveram bens e arderam, sejam oliveiras, sejam alfaias agrícolas, já foram ressarcidas desse valor, e que as pessoas do concelho de Ourém só agora, há cerca de 15 dias, estão a começar a receber. É fruto da intervenção que também a senhora secretária de Estado teve em todo o processo e, portanto, queria aqui também deixar esta nota de agradecimento ao Governo, na pessoa da Secretária de Estado do Ministério das Infraestruturas da Habitação, porque efetivamente, só agora esse processo começou a andar. O que estranho é que outros concelhos já receberam e no concelho de Ourém, ninguém ainda recebeu, até há bem pouco tempo. Agora, como vos disse, já estão a começar a receber e tenho a esperança que, até meados do próximo mês, todas as pessoas que foram atingidas e que apresentaram despesas possam ser ressarcidas desse valor. -----

Depois falou também na questão dos caminhos florestais e vicinais. Como disse e bem, uma competência das Juntas de Freguesia que o Município também está a apoiar. Também é bom dizer que o Município paga às Juntas de Freguesia um determinado valor para que as Juntas de Freguesia possam cuidar dos seus terrenos. Mas também reconhecemos que, fruto dos incêndios, nomeadamente na Freixianda, Urqueira, Espite, Rio de Couros e Casal dos Bernardos, houve um acréscimo maior de deterioração desses caminhos e, é nesse sentido, que temos neste momento, praticamente em fase de conclusão, falta apenas a consignação, um procedimento de cerca de 1 milhão € que é financiado a 100% pelo ICNF, que visa precisamente colmatar essas deficiências. Pensamos que durante o próximo mês de julho iremos começar a ter condições para regularizar esses terrenos vicinais que estão por regularizar, nestas quatro freguesias que referi porque existe financiamento, existe procedimento concluído, faltando, como disse apenas e só a respetiva consignação. -----

- Senhor Deputado Filipe Mendes. Segurança em Fátima. Obviamente que é uma situação que nos preocupa a todos. Parece-me a mim, pelas informações que tenho, que isto foi uma situação pontual que ocorreu. Estamos a falar, se assim se pode dizer, “guerra de gangues”, porque estamos a falar de alguém que veio de fora a desafiar aqueles que aqui se encontram e



deu origem aquilo que deu. Nós, como sabe, não temos qualquer competência nesta área da segurança, mas temos estado em contacto permanente com a GNR, quer com o comando da GNR de Fátima, quer com o Comando Distrital. Tenho falado diversas vezes sobre este assunto com os responsáveis pela parte da segurança e o que me dizem é que a situação está controlada. São situações que não agradam a ninguém que todos lamentamos, ainda para mais, como disse e bem, sendo em Fátima, onde o empolamento é sempre muito maior. Mas, aquilo que me dizem é que a situação identificada e que estão atentos para que mais situações destas não voltem a ocorrer, tanto em Fátima como no nosso concelho. Acho que todos podemos continuar a dizer que Fátima, que o concelho de Ourém são locais seguros onde nós podemos viver com segurança. Não é um simples facto de uma situação destas, grave obviamente, e não podemos escamotear essa situação ter acontecido, que possamos não dizer que continuamos a ser um local seguro e que as pessoas se sentem seguras nestas duas cidades. -----

- Senhor Secretário da Junta, Alexandre Faria, em representação do senhor Presidente da Junta Freguesia Nossa Senhora das Misericórdias. Coloca três questões. Uma primeira, ligação à nova Zona Industrial Vilar dos Prazeres. Ontem, como disse, tive a oportunidade de o dizer publicamente na abertura da “Semana Cultural de Nossa Senhora das Misericórdias”, que estamos a trabalhar na execução de um projeto de ligação da Zona Industrial Vilar dos Prazeres ao IC9. Felizmente, Vilar dos Prazeres hoje tem outra vez alguma dinâmica empresarial. Muitos dos pavilhões que estiveram devolutos, durante muitos anos, estão a ser ocupados. Não estão ainda todos, mas penso que faltam poucos e é importante que nós possamos avançar com esta intervenção. A nossa Divisão de Projetos Técnicos e a senhora Vice-Presidente já têm uma proposta para apresentar à Junta de Freguesia, para ver se a Junta de Freguesia concorda com aquilo que temos elaborado para depois então avançarmos para um projeto de execução. Queremos concluir durante o próximo ano, porque nos parece que depois há de haver obra que é o mais difícil, porque é preciso financiamento e é preciso dinheiro para a fazer. Mas, dizer que estamos envolvidos e estamos empenhados em, pelo menos, projetar durante este mandato autárquico todo esta ligação. -----



Sobre os arranjos exteriores do Pavilhão Desportivo do Caneiro. Existem ali muitos metros, propriedade da Junta de Freguesia e temos algumas ideias para o local. Temos que procurar diversificar a oferta desportiva no nosso concelho. Não podemos só ter campos de futebol, não podemos só ter pavilhões e, por isso, a nossa ideia é ter alguns espaços de desportos alternativos, futebol de praia, petanca e outros que eventualmente possam ali fazer sentido, para termos essa oferta também no concelho. Estamos internamente, através do nosso serviço de desporto, a estudar qual será a melhor solução para depois reunirmos com a Junta de Freguesia para lhe apresentarmos aquilo que entendemos ser o melhor para aquele local.

Sobre o estacionamento no Centro Escolar Vilar dos Prazeres. Isto é como em todo o lado e como em tudo na vida, quando vamos a determinado lugar, habitualmente os estacionamentos chegam, onde há um acréscimo de atividade, como foi o encerramento do ano escolar, obviamente que o estacionamento não chega. Regularmente, para a carga e descarga das crianças, para os encarregados de educação que ali vão e estacionam o carro, parece-me que é suficiente. Temos que nos adaptar às diversas circunstâncias que vão existindo. Dizer ainda que não está previsto qualquer alteração em relação aos estacionamentos exteriores do Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias. -----

- Senhor Presidente Junta de Freguesia da Freixianda. A rua do Portinho, como sabe, está em fase de asfaltamento a alguma intervenção que possa existir, haverá espaço entre o asfaltamento e a berma para que se possa efetuar esse prolongamento. Existe ali efetivamente uma falta de pressão em algumas habitações, temos consciência disso e a Bewater também sabe dessa situação. Para prever se mais alguém ali quiser construir, temos esse espaço confinante com o asfaltamento, porque não faz qualquer sentido estarmos agora a asfaltar para depois partir. Não é isso que acontece porque temos três metros, pelo menos, entre o asfaltamento e a berma para poder fazer essa intervenção, se for caso disso, quando se entender que é necessário. -----

Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

----- Neste momento, ausentaram-se da sessão os presidentes de Junta de Freguesia: -----



----- Freguesia de Atouguia, Luís Manuel Gameiro Oliveira; -----

----- Freguesia de Fátima, Humberto António Figueira da Silva -----

02.03 – ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- Tomando a palavra, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte:

“Esta alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, pressupõe uma correção simples, tem a ver com o artigo 72.º, que diz respeito às atas. -----

Como sabem no final de cada sessão da Assembleia Municipal, geralmente, a senhora Secretária da Mesa, faz a aprovação das minutas com a leitura de ponto a ponto. O que pretendemos é agilizar aqui os nossos procedimentos, no sentido de que esse passo não seja necessário, sendo aprovado previamente em Regimento. Faremos o contrário, se alguém se opuser a que a aprovação da minuta não seja imediata, então terá que se pronunciar. Parece-me que agiliza, facilita os nossos procedimentos. -----

A redação do artigo 72, passaria a ser a seguinte: -----

- Ponto 2, onde se lê “...sendo assinadas após a aprovação pelo Presidente e por quem as lavrou.”, passaria a ler-se apenas “... após a aprovação pelo Presidente.”; -----

- Ponto 3, acrescentar o seguinte texto: “As atas ou o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, representante grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de deixar duas notas -----

A primeira para dizer que, pese embora tenhamos analisado esta questão em sede de Comissão de Planeamento Estratégico, a verdade é que não nos chegou, digamos o texto que aqui vamos aprovar relativa a esta alteração. Seria útil para não estarmos na própria reunião a ver se realmente o texto carece de alguma correção ou não. Acho que é um bocadinho preocupante do ponto de vista em que deveria nos ter chegado essa informação antes para



prepararmos a reunião. E, até desse ponto de vista, nem sei se há legitimidade para votarmos este ponto, uma vez que não tivemos antecipadamente essa informação. -----

De qualquer das formas, seja qual for o entendimento desta Assembleia, eu aproveitava para propor algumas melhorias: -----

1 - Aumentar o tamanho da letra do **“Capítulo II – Dos Membros da Assembleia”** (Página 18), por forma a ficar coincidente com o tamanho da letra dos restantes capítulos. -----

2 - A denominação do **“Capítulo III”** (Página 22) encontra-se repetida, sendo que este capítulo, que trata das normas relativas à Mesa da AMO, é na verdade o **“Capítulo IV”**. -----

3 - Criar, logo abaixo da denominação do **“Capítulo V – Organização da Ordem de Trabalhos”** (Página 24), uma **“Secção I”**, intitulada **“Disposições Gerais”**, e renumerar as secções subsequentes. -----

Seriam estas notas que eu deixaria de melhoria, sem prejuízo de eventualmente podermos adiar este assunto para uma próxima reunião, uma vez que não tivemos acesso a informação precisa sobre aquilo que vai ser votado nesta Assembleia. -----

Obrigado.” -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referindo que as sugestões apresentadas seriam aceites, informou de que esta matéria seria reagendada para uma próxima sessão da AMO, contemplando estas e outras propostas que o plenário queira apresentar, remetendo-as previamente à reunião Comissão de Planeamento Estratégico. -----

----- **MATÉRIA RETIRADA DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSOS PROJETOS ----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53607**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização necessária no âmbito da matéria em



epígrafe, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 20 de maio findo, a Câmara deliberou incumbir o Chefe da Divisão de Gestão Financeira de proceder à análise das propostas então apresentadas por diversas instituições financeiras com estabelecimento no Concelho, para a contratação do empréstimo indicado em epígrafe, no valor de **4.750.000,00€** e pelo prazo de 15 anos. -----

---- Em cumprimento daquela deliberação, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a sua informação registada sob o n.º 33.825-A/2024, que se passa a transcrever: “Neste contexto, analisaram-se as 5 propostas rececionadas, no âmbito da contratualização de um empréstimo de longo prazo, no montante de 4.750.000,00 euros, pelo período de 15 anos. -----

-----Quadro – Análise das propostas recebidas -----

	BPI	CCAMLeiria	Montepio	Caixa Geral de Depósitos	Millenium BCP
Montante proposto	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €	4 750 000,00 €
Período	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos
Prazo de utilização	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Período de carência	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Amortizações	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital	Trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital
Euribor	Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses
Spread	0,600	0,340	0,430	0,350	0,750
Comissões	Isento	Isento	Isento	Isento	Isento
Floor	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero	Com floor zero
Amortizações antecipadas	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização	Sem penalização
Classificação final	4.º	1.º	3.º	2.º	5.º

---- Deste modo, conclui-se que a proposta mais vantajosa é a apresentada pela Caixa de Crédito de Leiria, pelo que se propõe a adjudicação do presente empréstimo à mencionada instituição financeira, estando este ato sujeito à autorização da assembleia municipal e a visto prévio do Tribunal de Contas. -----



---- Conjuntamente com a proposta de adjudicação, deverá ser aprovada a proposta de minuta de contrato a estabelecer e os compromissos plurianuais resultantes do crédito a contratualizar.

---- À consideração superior,”. -----

---- Do processo faz ainda parte a minuta de contrato a celebrar com a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria – C.R.L.** -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o representante: -----

----- Freguesia de Alburitel, Filipe Borges Cortez -----

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44147**, datado de **2024.05.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.06, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 262-A/2024, a celebrar com a **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 1.º andar, nesta Cidade, que consiste no reembolso do montante de 500,00€ anuais, da referida freguesia ao Município, das



despesas com a atribuição de bolsas de estudos a estudantes universitários (até dois estudantes), para os anos de 2024 e 2025, válido até dezembro de 2025. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE FÁTIMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57335**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 10 de maio de 2018, a Câmara celebrou protocolo com a Freguesia de Fátima, referente à cedência gratuita do miniautocarro de 27 lugares, de matrícula 37-59-RT, marca Iveco, válido pelo período de um ano, renovável.

---- Nesta reunião foi apresentada a carta registada sob o n.º 26.589/2024, da **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, da dita freguesia, deste Concelho, a informar de que a viatura apresenta várias anomalias, cujo valor de reparação se torna insuportável para aquela Edilidade e a propor a troca da mesma ou a denúncia do protocolo.

---- Ouvida sobre o assunto, a **Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito** exarou no processo a informação, datada de 29 de



maio findo, que se passa a transcrever: “Remete-se para despacho MGD 26589/2024 relativo ao pedido de substituição do mini-autocarro cedido à Junta de Freguesia de Fátima ou denuncia do protocolo de cedência uma vez que entendem não ser compensatório proceder às reparações imprescindíveis que o veículo necessita, sugerindo a sua substituição por um mini-autocarro de 19 lugares ou a denuncia do protocolo, considerando os seguintes pontos após proceder à avaliação de cada veículo e obter informações mais concretas por parte dos serviços das oficinas municipais:-----

---- a) O Município dispõe atualmente de 3 autocarros de 27 lugares (capacidade idêntica ao autocarro cedido à Junta de Freguesia). No entanto, estão 2 avariados com problemas graves de motor (um a aguardar peças e reparação desde o mês de dezembro e outro desde de ontem tendo à primeira vista queimada a junta da cabeça) sem data marcada para a sua reparação tendo em conta a falta de meios humanos nas oficinas (ausentes de baixa ou por gozo de férias anuais);-----

---- b) O único veículo de 27 lugares que continua em funcionamento é necessário para os serviços diários do Município (como deslocações de alunos para atividades, deslocação dos alunos dos clubes, deslocação de idosos no passeio sénior), e possui licença de transporte coletivo de crianças até 14/03/2025, podendo a licença ser renovada até março 2026 com base na legislação publicada em agosto 2023;-----

---- c) As atividades programadas nos vários equipamentos municipais implicam a deslocação de cerca 4 a 6 turmas de 24 alunos por semana;-----

---- d) O Município dispõe igualmente de 5 autocarros de 19 lugares (mais estreitos do que os de 27 lugares e sem bagageira), sendo que 3 deles (04-FI-04, 04-FI-05 e 04-FI-07) são utilizados regularmente para realizar transporte de crianças para atividades do Município com maiores necessidades de transportes, podendo transportar crianças até 14/03/2025. Das restantes 2 viaturas (04-FI-06 e 11-GG-78), uma necessita de uma bateria nova, alguns arranjos e tem licença de transporte coletivo de crianças até 14/03/2025, a outra necessita de retoques na carroçaria, limpeza de bancos, mas já não tem licença de transporte coletivo de crianças desde janeiro, conforme consta das fichas técnicas em anexo;-----



---- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a cedência de um mini-autocarro de 19 lugares para substituição da viatura de 27 lugares ou a denuncia do protocolo de cedência do autocarro 37-59-RT.” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSTRUÇÃO DE NOVOS FOGOS PARA RENDAS ACESSÍVEIS E DE EMERGÊNCIA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 49033**, datado de **2024.05.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo tripartido de colaboração registada sob o n.º 24.477/2024, a celebrar com a **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade** e o **Património dos Pobres da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, com o objetivo de definir as condições de construção de novos fogos de habitação com rendas acessíveis e de emergência, na Rua Dr.ª Branca de Seabra, em Penigardos, da



referida freguesia, nas parcelas identificadas na cláusula 2.^a, propriedades daquela freguesia e no local das habitações existentes, propriedade do terceiro outorgante. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 09 de maio em curso, a dar conta de que concorda com o teor do protocolo de colaboração proposto, pelo que coloca à consideração superior a sua aprovação.

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, na qualidade Presidente Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Gostaria de fazer um pequeno comentário. ---- Agradecer ao senhor Presidente de Câmara o facto de ter atendido esta situação, não só a situação jurídica aqui envolvida, mas também o facto de ir ao encontro do que é também uma aspiração da Junta de Freguesia de colaborar para esta questão de falta de habitação, particularmente aqui na Freguesia onde é muito sentida. -----

De uma vez só, resolvemos o problema legal e por outro lado resolvemos o problema da habitação com rendas acessíveis, como o senhor Presidente disse, e bem. -----

Cabe-me aqui registar isso e agradecer, mais uma vez, a disponibilidade do Município em colaborar com a Junta de Freguesia. -----

Obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sessão o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade: -----

----- Luís Alexandre Serras de Sousa -----



02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44144**, datado de **2024.05.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.06, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 102.015-A/2023, a celebrar com a **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, sediada na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, em Freixianda, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 6.006,26€, os encargos decorrentes da instalação de mosaico de parcela de gestão de combustíveis no Baldio de Vale dos Cadouços, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 05 do mês findo, a dar conta de que a despesa emergente do apoio a atribuir dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----



----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Neste momento, voltaram à sala os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Freguesia Alburitel, Filipe Borges Cortez -----

----- Freguesia Nossa Senhora Piedade, Luís Alexandre Serras de Sousa -----

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53778**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 22 de agosto de 2023, a Câmara celebrou protocolo com a **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, com sede na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, em Freixianda, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 105.233,64€, os encargos decorrentes da construção da “Capela Mortuária de São Jorge”. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a minuta de adenda ao protocolo registada sob o n.º 41.276-A/2024, elaborada pelo **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, que consiste na alteração ao cronograma financeiro a que se refere a Cláusula 3.ª do citado protocolo, que passa a ter nova redação. -----

---- O processo encontra-se instruído com a carta registada sob o n.º 49.062/2024, da referida união de freguesias, a concordar com a minuta de adenda. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57254**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 250.000,00 euros -----

----- Ano 2026 – 583.333,30 euros -----

----- Ano 2027 – 583.333,33 euros -----

----- Ano 2028 – 437.500,02 euros -----

----- Ano 2029 – 145.833,36 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 18 de setembro de 2023, a Câmara deliberou aprovar os termos do protocolo com a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima**, que não viria a ser celebrado, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 2.000.000,00€, os encargos decorrentes da construção do novo quartel. -----

---- Mais deliberou solicitar à Assembleia Municipal, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2023 a 2030, conforme então especificado. -----



---- Em virtude das dificuldades constatadas pelas diversas instituições (com as quais esta Câmara Municipal estabeleceu protocolos de apoio financeiro) em cumprir os prazos de execução das obras, com o conseqüente desajustamento dos cronogramas financeiros, nesta reunião foi apresentado o texto de protocolo registado sob o n.º 68.918-A/2023, a celebrar com a referida associação, sediada na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.ºs 326 a 330, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sala o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE FREIXIANDA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57265**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 1,00 euro -----

----- Ano 2025 – 102.665,04 euros -----

----- Ano 2026 – 34.221,68 euros -----



----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 7845-A/2024, a celebrar com o **Centro Social Paroquial de Freixianda**, com sede no Largo da Igreja, n.º 55, em Freixianda, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 136.886,27€, os encargos decorrentes das obras de ampliação da creche daquele centro, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 13 de junho corrente, a dar conta de que a despesa emergente do apoio a atribuir dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sala o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o membro da Assembleia Municipal: -----

----- António de Sousa Mordomo -----

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BATISTA DE ESPITE – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57273**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 1,00 euro -----

----- Ano 2025 – 98.221,23 euros -----

----- Ano 2026 – 49.111,12 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 7846-A/2024, a celebrar com o **Centro Social Paroquial de São João Batista de Espite**, com sede na Rua da Escola, n.º 139, da Freguesia de Espite, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 147.333,34€, os encargos decorrentes da construção de creche daquele centro, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, em substituição do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 12 de junho em curso, a dar conta de que a referida despesa, encontra-se enquadrada orçamentalmente e com fundos disponíveis, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **DULCE RAQUEL LOURENÇO MATEUS**, na qualidade Presidente de Junta de Freguesia de Espite, expôs o seguinte: “Ex.mo Sr. Presidente da AMO, -----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara -----

Ex.mos Sras. e Srs. Vereadores -----

Caros Deputados Municipais -----



Público e comunicação -----

O Projeto de construção de uma creche em Espite é uma ambição antiga e uma necessidade para a nossa freguesia extremamente envelhecida. Nos últimos anos, fruto do afastamento de algumas famílias das cidades com o COVID e da emigração, a população tem vindo a aumentar, sendo prova disso o n.º de alunos inscritos no pré-escolar e 1.º ciclo. Acreditamos que a construção da creche vai permitir que mais famílias se fixem na nossa freguesia contribuindo, assim, para o rejuvenescimento da nossa população. Em nome da Freguesia de Espite agradecemos à Câmara Municipal o apoio concedido e por acreditar no projeto.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sala o membro da Assembleia Municipal: -----

----- António de Sousa Mordomo -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o Presidente União das Freguesias de Matas e Cercal: -----

----- Virgílio Antunes Dias -----

02.13 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL DE MATAS – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57279**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Criação de nova valência de creche -----

----- Ano 2024 – 1,00 euro -----



----- Ano 2025 – 25.494,20 euros -----

----- Ano 2026 – 25.495,20 euros -----

----- Ano 2027 – 25.495,20 euros -----

----- Ano 2028 – 25.495,20 euros -----

----- Ano 2029 – 25.495,20 euros -----

----- Alargamento da estrutura residencial para pessoas idosas -----

----- Ano 2024 – 1,00 euro -----

----- Ano 2025 – 49.999,00 euros -----

----- Ano 2026 – 50.000,00 euros -----

----- Ano 2027 – 50.000,00 euros -----

----- Ano 2028 – 50.000,00 euros -----

----- Ano 2029 – 50.000,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 43.419-A/2024, a celebrar com o **Centro Social de Matas**, sediado na Rua Nossa Senhora do Patrocínio, n.º 7, em Matas, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 127.476,00€, os encargos decorrentes da criação de nova valência de creche e até ao montante de 250.000,00€, os encargos referentes ao alargamento da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 11 de junho corrente, a dar conta de que a referida despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE MERENDAS E LAZER EM RIBEIRA DO FÁRRIO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53721**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, que se pronuncie sobre a matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 50.239/2024, da **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, com sede na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, 1.º direito, em Freixianda, deste Concelho, a solicitar a emissão de declaração de interesse público municipal sobre a construção de um parque de merendas e lazer em Vale da Meda – Ribeira do Fárrio, daquela união de freguesias, cujo projeto de execução apresenta soluções e orientações preconizadas nos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente no Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT) e no Plano Diretor Municipal de Ourém. -----

---- Ouvida sobre o pedido, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 50.316/2024, a dar conta de que, de conformidade com o n.º 3, do artigo 12.º, do Anexo I à Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, deverá o mesmo ser remetido ao órgão deliberativo para apreciação e emissão da referida declaração -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sala Presidente União das Freguesias das Freguesias de Matas e Cercal: -----

----- Virgílio Antunes Dias -----

----- Neste momento, ausentaram-se da sessão os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Edgar Ferreira Enes -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Espite, Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO PROPRIEDADE DA FREGUESIA DE URQUEIRA, OURÉM – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53628**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 100.000,00 euros -----

----- Ano 2025 – 100.000,00 euros -----

----- Ano 2026 – 100.000,00 euros -----

----- Ano 2027 – 100.000,00 euros -----

----- Ano 2028 – 100.000,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 15 de abril de 2024, a Câmara deliberou concordar com a contraproposta de venda do prédio rústico a seguir



descrito, então apresentada pela **Freguesia de Urqueira**, através da carta registada sob o n.º 27.856/2024: -----

- Prédio rústico composto por terra de mato e pinheiros, sito em Chã, limite de Cavadinha, em Urqueira, deste Concelho, com a área de 74.435 m², a confrontar a norte com PSML Invest – Sociedade de Administração de Bens, S.A. e outros, a sul com Manuel Francisco Manso e outros, a nascente com Junta de Freguesia de Caxarias e a poente com Luís Pereira Castelão e outros, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 11182 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 367, pelo valor de 500.000,00€, a pagar em cinco prestações anuais.-----

---- Mais foi deliberado remeter o processo à **Divisão de Gestão Financeira** para o devido enquadramento orçamental.-----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com uma informação, datada de 28 de maio findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Saúdo a Mesa da AMO -----

Saúdo a Câmara Municipal -----

Saúdo os meus colegas -----

Deixar uma pequena nota. Dizer que este assunto ainda vai ser objeto de análise e deliberação na Junta e Assembleia de Freguesia de Urqueira. -----

Obrigado” -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Bom dia a todos -----



Aproveito este momento para agradecer ao executivo camarário, nomeadamente, ao senhor Presidente de Câmara a resolução ou tentativa de resolução, pelo menos já é um avanço, de um problema antigo na zona industrial da Chã. Era uma promessa já antiga do senhor Presidente, salvo erro, do primeiro mandato e, finalmente, vemos luz ao fundo do túnel. -----
 Como caxariense estou feliz e acredito que seja possível concretizar esta alteração, esta atualização e os melhoramentos que daí advém para a zona industrial da Chã. -----
 Obrigado” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltaram à sala, os membros da Assembleia Municipal: -----

----- Edgar Ferreira Enes -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Espite, Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – RUA DR. ARMANDO HENRIQUE REIS VIEIRA – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE, OURÉM – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53620**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 100.000,00 euros -----

----- Ano 2025 – 150.000,00 euros -----

----- Ano 2026 – 150.000,00 euros -----



----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 04 de março último, a Câmara deliberou concordar com a aquisição da parcela de terreno, sita na Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, com a área de 1638 m², a confrontar a norte e a nascente com estrada, a sul com herdeiros de Ezequiel António e a poente com António Carvalho e outros, inscrita na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo 7442 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 1845, propriedade da firma Gespromoção – Construção Civil, Saneamento Básico e Gestão Imobiliária, Limitada, pelo montante de 400.000,00€, necessária à execução do projeto de abertura de arruamento com início na Rua de Castela e término na Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira. Mais deliberou incumbir a Divisão de Gestão Financeira de proceder ao devido enquadramento orçamental. -----

---- Em cumprimento daquela deliberação, o **Chefe da Divisão de Gestão de Finanças** exarou no processo (registado sob o n.º 257/2024, do Gabinete de Apoio à Presidência) uma informação, datada de 28 de maio findo, a dar conta de que a despesa em assunto dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, conforme se especifica: -----

- 100.000,00€ em 2024; -----

- 150.000,00€ em 2025; -----

- 150.000,00€ em 2026. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P101/2024 – REABILITAÇÃO VIÁRIA DE VÁRIAS RUAS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE (28354/2024) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53697**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 1,00 euro -----

----- Ano 2025 – 324.905,64 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 37.652/2024, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, acompanhado do projeto de execução, para efeitos do designado em epigrafe (no valor de 306.515,70€ + IVA e pelo prazo de execução de 90 dias) e dos respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos e ainda com uma informação, datada de 29 de maio findo, daquele serviço, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelos preço base e prazo supramencionados. Refere ainda, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, do referido diploma legal, que a fixação do preço, baseou-se nos preços de trabalhos executados em empreitadas recentes. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 29 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----



---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P100/2024 – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE MINDE – TROÇO ENTRE O KM 72+890 E O KM 75+875 – FASE 2 (10466/2024 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – RETIFICAÇÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53677**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, a retificação dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2024 e 2025, conforme se passa a especificar: -----

----- Ano 2024 – 1,00 euro -----

----- Ano 2025 – 2.659.109,33 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 05 de fevereiro transato, a Câmara deliberou aprovar o projeto para efeitos do acima designado, com custos estimados em 2.508.594,65€ + IVA, condicionado à apresentação de pareceres por entidades externas, necessários à sua concretização. -----

---- Mais deliberou solicitar à Assembleia Municipal, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, nomeadamente 886.370,11€ em 2024 e 1.772.740,22€ em 2025. ---

---- No seguimento dos pareceres rececionados, anexos ao presente processo e da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 10.466-A/2024, da **Divisão de Obras Municipais**



e **Serviços Urbanos**, foram apresentados os respetivos Programa de procedimento e Caderno de encargos, instruídos com uma informação, datada de 29 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo referido preço base e pelo prazo de execução de 365 dias e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço, baseou-se nos custos médios de procedimentos anteriores idênticos. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 29 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P099/2024 – REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS GREGÓRIO CORREIA E DE CASTELA E LIGAÇÃO À RUA DR. ARMANDO HENRIQUE REIS VIEIRA – OURÉM (41689/2024) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57291**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º



8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 1,00 euro -----

----- Ano 2025 – 2.090.811,16 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de realização de despesa registada sob o n.º 41.689/2024, da **Divisão de Projetos Técnicos**, acompanhada do projeto de execução, para efeitos do designado em epígrafe (pelo de valor de 1.972.463,36€ + IVA e pelo prazo de execução de 365 dias) e dos respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos e ainda com uma informação, datada de 28 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelos preço base e prazo supramencionados. Refere ainda, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, do referido diploma legal, que a fixação do preço, baseou-se nos custos médios unitários de empreitadas recentes da mesma natureza. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 31 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.20 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2024/2025 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53729**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2024 – 89.871,00 euros -----

----- Ano 2025 – 157.274,25 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família, na vertente de prolongamento de horário, para as crianças integradas na educação pré-escolar, nos estabelecimentos de ensino deste Concelho, foi apresentada a informação registada sob o n.º 21.276/2024, da **Divisão de Educação**, a dar conta de que o valor estimado para a execução do referido serviço, para o ano letivo de 2024/2025, é de 247.145,25 euros. -----

---- O processo encontra-se instruído com a proposta de modelo de protocolo de colaboração, a celebrar com as entidades prestadoras do serviço acima mencionado. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 28 de maio findo, a dar conta de que a referida despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2024/2025 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53725**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2024 – 106.400,00 euros -----

----- Ano 2025 – 159.600,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 25.998/2024, da **Divisão de Educação**, que a seguir se reproduz na íntegra: “Com o intuito de preparar o próximo ano letivo 2024/25 e para podermos manter a oferecer de Atividades de Enriquecimento Curricular, oferta obrigatória, aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, sugere-se que se programe o mesmo à semelhança do ano anterior, isto é, envolvendo as seguintes entidades: -----

Entidade	NIPC
Município de Ourém	501 280 740



Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	600 079 163
Agrupamento de Escolas de Ourém	600 082 881
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	600 082 385
INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação	502 964 685
Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém	506 518 604
CMAC – Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL	514 061 758

Para que o programa, no ano letivo 2024/2025, seja viável é imprescindível que os Agrupamentos de Escolas flexibilizem os horários curriculares de forma a que os alunos possam ter as Atividades de Enriquecimento Curricular no início da manhã (9:00-11:00 ou 9:00-12:00) ou no início da tarde (13:30-15:30), para além do horário das 15:30 às 17:30. Só assim será possível atribuir aos docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular horários sustentáveis, atribuindo-lhes turmas com atividades distribuídas entre as 9:00 e as 17:30. -----

---- Em reuniões realizadas com os Agrupamentos de Escolas, foi decidido que cada agrupamento organizaria os seus horários, compatibilizando as horas das aulas curriculares com as de Atividades e Enriquecimento Curricular. Nas escolas mais pequenas, foram associados todos os alunos na mesma turma, procurando rentabilizar recursos e evitar duplicação de transportes. -----

---- O valor hora/turma proposto para pagamento às entidades prestadoras dos serviços é de 17,50€, prevendo-se que o próximo ano letivo tenha 37 semanas letivas. -----

---- Tendo em conta o plano de pagamento do ano letivo 2023/2024, prevê-se que a despesa referente às Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2024/2025 seja de 266.000,00€, 106.400€/ano civil 2024 e 159.600,00€/ano civil 2025. -----

---- Face ao exposto e no âmbito da preparação do ano letivo 2024/2025, propõe-se a adoção das diligências conducentes à aprovação, pelo órgão executivo, da realização de Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

---- Salienta-se que os valores descritos (despesa do Município e participação do Ministério da Educação), poderão alterar em função das seguintes condicionantes: -----

- a participação financeira do Ministério da Educação poderá diminuir, devido ao número de alunos; -----



- a comparticipação financeira do Ministério da Educação poderá diminuir, com a dedução do montante correspondente às atividades lecionadas por parte dos docentes dos agrupamentos de escolas. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, por impedimento legal do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 28 do mês findo, a dar conta de que a despesa dispõe de fundos disponíveis em montante suficiente e está devidamente enquadrada orçamentalmente, do seguinte modo: 106.400,00€ para 2024 e 159.600,00€ para 2025).-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.22 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DE INTERVENÇÃO NA VIA PÚBLICA DO CONCELHO DE OURÉM – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53717**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 05 de fevereiro de 2024, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicado em epígrafe a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Publicado na 2.ª Série – N.º 63, do **Diário da República**, no dia 28 de março de 2024, a referida proposta de regulamento esteve em discussão pública até ao dia 14 de maio findo. ---

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo registado sob o n.º 61.054/2022, da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, para aprovação da versão final do referido regulamento, considerando que, decorrido aquele prazo, não foram apresentados quaisquer contributos. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO SOCIAL DO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44122**, datado de **2024.05.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 29 de janeiro de 2024, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicado em epígrafe a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Publicado na 2.ª Série – N.º 46, do **Diário da República**, no dia 05 de março de 2024, a referida proposta de regulamento esteve em discussão pública até ao dia 17 de abril findo. -----

--- O **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência** prestou a informação registada sob o n.º 36.875/2024, a anexar a versão final da proposta de regulamento. -----

--- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.24 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGIME LIVRE DE ACESSO A INSTALAÇÕES MUNICIPAIS NO ÂMBITO DE ATIVIDADES ORGANIZADAS E PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57307**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para acesso gratuito dos munícipes às instalações municipais, aquando da sua participação nos programas ou atividades elencadas na informação dos serviços. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 41.595/2024, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a propor a isenção do pagamento dos acessos às instalações municipais, de forma a permitir a entrada gratuita dos munícipes que usufruam dos programas ou atividades dinamizadas pelo Município de Ourém. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 06 de junho em curso, a referir que, face ao disposto, deverá o órgão deliberativo isentar as entradas subjacentes às atividades elencadas na informação dos serviços. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.25 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ÉPOCA BALNEAR 2024 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57296**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para utilização gratuita das piscinas municipais, pelos jovens com idades compreendidas entre os 07 e os 17 anos (e seus acompanhantes) e pelos idosos que beneficiem dos serviços das instituições particulares de solidariedade social do nosso concelho (e seus acompanhantes), considerando a importância do programa de ocupação de tempos livres para jovens e séniores. -----



----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto designado em epígrafe, foi apresentada a informação registada sob o n.º 41.184/2024, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, que a seguir se reproduz na íntegra: “1.

Enquadramento -----

---- O Município de Ourém tem proporcionado nos últimos anos, um conjunto de iniciativas que tem beneficiado a comunidade e incentivado a utilização regular das várias instalações e equipamentos desportivos. -----

---- Uma destas iniciativas, muito solicitada pelas instituições do concelho, diz respeito à possibilidade de entrada de crianças/jovens e seus acompanhantes, nas Piscinas Municipais de Ourém (descobertas), durante a época balnear, de forma gratuita. -----

---- De relembrar que, durante a época balnear, as piscinas descobertas são fortemente procuradas por este tipo de instituições locais, pois são instalações seguras, devidamente equipas e com vigilância assegurada por Nadadores-Salvadores, sendo um equipamento que tem condições para acolher um elevado número de utentes/banhistas. -----

---- Recentemente, foi recebido um email por parte do Centro Social das Matas (Registo n.º 39259/2024) solicitando informações sobre esta prática de usufruto das piscinas, para a próxima época balnear. -----

---- Face ao pedido solicitado, propomos a possibilidade de cada IPSS's do concelho (através de marcação prévia), poder beneficiar de 5 manhãs gratuitas, durante a época balnear, no horário entre as 10h00 e as 14h00 (este horário pretende acautelar a prevenção solar, sendo o melhor horário para evitar conflitualidade com outros utilizadores). -----

2. Proposta -----

---- Assim, e para melhor compreensão, apresentamos as seguintes propostas:-----

- Entrada gratuita a crianças 7 -17 anos, (uma vez que dos 0 – 6 já é gratuita), integradas em entidades de cariz social, no período de época balnear. Cada criança/jovem poderá beneficiar de 5 manhãs (das 10h00 às 14h00). O valor associado à entrada (por período de manhã) seria de: **2,66€**. -----



- Os seniores/idosos que estejam a beneficiar de respostas sociais nas IPSS do nosso Concelho possam de igual forma, usufruir desta gratuitidade, no período de 5 manhãs. O valor associado à entrada (por período de manhã) seria de: **2,66€**;-----
- Os adultos acompanhantes de crianças, jovens e seniores que integram as IPSS com pedidos de manhãs gratuitas, também podem usufruir desta gratuitidade. O valor associado à entrada (período de manhã), seria de: **3,72€**;-----
- As crianças/jovens, seniores e acompanhantes, que pretendam permanecer **no período da tarde (após usufruto da manhã gratuita)** pagam o valor correspondente, de acordo com a Tabela Geral de Taxas do Município:-----
 - Até aos 6 anos (inclusive): **entrada gratuita**.-----
 - Dos 7 aos 17 anos (inclusive) e ≥65 anos: **3,72€**; -----
 - Dos 18 aos 64 anos (inclusive): **4,78€**. -----

3. Conclusão-----

---- Face ao exposto, remete-se superiormente proposta para que as IPSS's do concelho de Ourém, possam usufruir de 5 manhãs gratuitas (das 10h00 às 14h00), durante a época balnear, de 1 de julho a 15 de setembro de 2024. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 11 do mês em curso, que de igual modo se transcreve: “A isenção em referência deverá ser submetida à aprovação do órgão deliberativo.-----

---- No decurso da ação deverá ser efetuado um levantamento do valor de isenções para reporte do benefício concedido às entidades de controlo externo, particularmente no reporte obrigatório à IGF.-----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.26 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OS RAPOSINHOS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57314**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 2.233,00 euros, referente à utilização das piscinas municipais exteriores, conforme pedido efetuado pela Associação Desportiva Os Raposinhos. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 48.433/2024, a **Associação Desportiva Os Raposinhos**, sediada na Rua Dr. Silva Neves, nesta Cidade, solicitou a cedência das piscinas municipais exteriores, para a realização da sua festa de Final de Ano. -----

---- No seguimento de reunião ocorrida no **Gabinete da Vereação** com representante da associação, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo a informação, datada de 07 do corrente mês, que a seguir se reproduz na íntegra: “No seguimento do contacto telefónico com ao presidente da Associação o programa apresentado, para o dia 29 de junho, foi o seguinte: -----

---- a) utilização integral das piscinas exteriores durante o período das 10h00 às 18h00; -----

---- b) demonstração de atividades da associação durante o período da manhã com utilização de um palco fornecido pelo município; -----



- c) utilização das piscinas exteriores durante o período da tarde, com música ao vivo + bar;
- d) de momento o presidente da associação estima a presença entre 300 a 400 pessoas. Este número só ira ser mais assertivo após o dia 14 de junho;-----
- e) a associação assume o controlo da vigilância das piscinas exteriores com a contratação de nadadores salvadores;-----
- f) a associação assume a responsabilidade para limpeza do espaço exterior após a realização do evento.-----
- Face ao exposto o SIM informa que no dia 29 de junho (dia combinado superiormente com a associação) já existe um pedido para a cedência da piscina interior, para a festa de final de ano da JO que envolve uma média de 150 pessoas, durante o período da manhã (ver MGD n.º 52978/24). Para o mesmo dia foi solicitado o recinto das piscinas exteriores de Ourém para o desenvolvimento da festa de final de ano da associação "Os Raposinhos", que poderá aglomerar um conjunto entre 300 a 400 pessoas. Resumindo, na manhã do dia 29 de junho (caso as duas atividades solicitadas pelas respetivas associações sejam aprovadas) o complexo de piscinas de Ourém poderá acolher um contingente aproximado entre 400 a 500 pessoas, num período de 3 horas.-----
- Em relação à utilização das piscinas exteriores pela Associação "Os Raposinhos" e atendendo ao número aproximado de pessoas que esta associação pretende colocar das piscinas/tanques exteriores, o SIM sugere que a associação providencie a colocação de dois nadadores salvadores a vigiar ambos os tanques exteriores, durante o período da tarde (e manhã de igual forma).-----
- Devido à inexistência de preço de aluguer do espaço exterior das piscinas de Ourém para eventos desta envergadura, na tabela de taxas e licenças do município, em vigor, sugere-se aplicar um valor por pessoa/entrada, para o dia inteiro. Esta tarifa apresenta um valor de: 6,38€ para público entre os 7e os 17 anos e igual ou sup. a 65 anos. Prevendo um número de presentes (alunos + familiares) a rondar as 350 pessoas, o valor total que se consegue estimar presentemente será de: 2 233,00€.-----
- Remete-se a consideração superior as seguintes decisões: -----



---- a) destacar um recurso humano das piscinas de Ourém para acompanhar o evento durante o período de realização do mesmo (das 10h00 às 18h00). Caso seja aprovado, este deverá ir realizar horas extraordinárias, no período das 13h00 às 18h00. -----

---- b) Fornecimento de produtos higiénicos à associação para reposição nos Wc's exteriores para higiene das pessoas presentes no evento.-----

---- Face ao exposto aguarda-se por decisão superior.”-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.27 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CLUBE JUVENTUDE OURIENSE – PEDIDO DE CEDÊNCIA DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 57327**, datado de **2024.06.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 191,34 euros, referente à utilização da piscina municipal interior exteriores, conforme pedido efetuado pelo Clube Juventude Ouriense. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 52.978/2024, do clube **Juventude Ouriense**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 2.º andar, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a



solicitar a cedência das Piscinas Municipais de Ourém (piscina interior), para o dia 29 de junho corrente, das 09h00 às 11h30, para a realização do Festival de Natação, no âmbito do encerramento da época desportiva. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo uma informação, datada de 12 do corrente mês, a informar de que a pretensão, por um período de 3 horas, terá o valor de 191,34€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.28 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAXARIAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44161**, datado de **2024.05.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.06, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 154,14 euros, referente à realização de cortejo de oferendas, no dia 02 de junho 2024, conforme pedido pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 37.198/2024, da **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias**, sediada na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 5, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho,



a solicitar autorização para proceder à realização do Cortejo de Oferendas 2024, no dia 02 de junho próximo, com início marcado para as 14h30m, de acordo com o itinerário que anexa. ----

---- Em virtude de se tratar de um evento cuja finalidade é a angariação de fundos para aquisição de uma nova viatura de combate a incêndios florestais, termina a solicitar a isenção do pagamento da taxa correspondente. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 24 de abril findo, do **Setor de Mercados e Licenciamentos não Urbanísticos**, a dar conta de que, face ao itinerário apresentado, o montante a isentar é de 154,14€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.29 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53762**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 446,60 euros, referente à utilização do pavilhão municipal de Caxarias, conforme pedido pela Freguesia de Caxarias. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 43.288/2024, da **Freguesia de Caxarias**, com sede na Rua dos Combatentes, n.º 202, em Caxarias, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas associadas à



utilização do Pavilhão Municipal de Caxarias, para a realização de ensaios para as marchas populares de Caxarias, no período de 17 de abril transato e 28 de junho corrente. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 10 de maio findo, a dar conta de que o valor associado à utilização do pavilhão, é de 446,60€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.30 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS D. AFONSO IV CONDE DE OURÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 49012**, datado de **2024.05.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.20, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 212,60 euros, referente à cedência do Teatro Municipal de Ourém, conforme pedido efetuado pela associação citada em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 40.282/2024, da **Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Afonso IV, Conde de Ourém**, com sede na Rua Comandante Joaquim da Silva, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a solicitar a isenção do



pagamento das taxas associadas à utilização do Teatro Municipal de Ourém, no âmbito da realização de um espetáculo solidário (Gala de Música do Agrupamento de Escolas Conde de Ourém), no dia 05 de junho de 2024. -----

---- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 30 de abril findo, a deixar à consideração superior o deferimento do pedido, que ascende a 212,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.31 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – OUREARTE – ESCOLA DE MÚSICA E ARTES DE OURÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 49024**, datado de **2024.05.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.20, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 637,80 euros, referente à cedência do Teatro Municipal de Ourém, conforme pedido efetuado pela Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém** (sedeada na Praça Mouzinho de Albuquerque, n.º 11, nesta Cidade), através da carta registada sob o n.º 43.161/2024, solicitou a esta Autarquia, a cedência do Teatro Municipal de Ourém, para os dias 10, 11 e 12 de julho próximo futuro, para a realização do XVI



Estágio de Orquestra de Sopros da Ourearte, com isenção do pagamento das taxas correspondentes. -----

---- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 08 de maio em curso, a dar conta de que o espaço se encontra disponível e de que tem um custo de 637,80€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.32 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALBARDEIRA ASSOCIAÇÃO CULTURAL – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 49019**, datado de **2024.05.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.20, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 106,30 euros, referente à cedência do auditório do Paço dos Condes de Ourém, conforme pedido efetuado pela Albardeira Associação Cultural. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 20.336/2024, da **Albardeira Associação Cultural**, com sede na Rua Pinhal do Rei, n.ºs 2 e 3, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a solicitar a cedência do Auditório do Paço dos Condes de Ourém, sito na Vila Medieval de Ourém, para a realização do concerto final, da “Masterclass de Canto com Carla Pais”, no dia 21 de julho próximo futuro.



Mais solicita a isenção do pagamento das taxas associadas, por se tratar de um evento sem fins lucrativos, de natureza cultural. -----

---- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 18 de abril findo, a dar conta de que o valor associado é de 106,30€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.33 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE MOITA REDONDA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53698**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 292,38 euros, referente à cedência do pavilhão desportivo do Centro de Estudos de Fátima, conforme pedido efetuado pela associação citada em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: Foi apresentada a carta registada sob o n.º 46.495/2024, da **Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Moita Redonda**, com sede na Rua da Lomba Gorda, em Moita Redonda, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das verbas associadas à utilização do Pavilhão Desportivo do



Centro de Estudos de Fátima, também em Fátima, no âmbito da realização de torneio de futsal, no dia 03 de agosto de 2024. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 21 de maio findo, a deixar à consideração superior a isenção da verba de 292,38€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.34 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CLUBE JUVENTUDE OURIENSE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53751**, datado de **2024.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.06.03, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 530,00 euros, no âmbito de visita ao Castelo de Ourém, conforme pedido efetuado pela associação citada em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 44.014/2024, do **Clube Juventude Ouriense**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 2.º andar, porta 3, nesta Cidade, a solicitar autorização para visitar gratuitamente o Castelo de Ourém, no âmbito da realização do Mega Evento de Geocaching



“Love Love Ourém”, nas tardes dos dias 10 e 11 de agosto próximo futuro, para cerca de 500 participantes. -----

---- O **Chefe da Divisão de Ação Cultural**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 27 de maio findo, a deixar à consideração superior o deferimento do pedido, que ascende a 530,00€, considerando que se trata de entidade sem fins lucrativos e que o evento dará grande visibilidade ao nosso Concelho. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.35 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMISSÃO FABRIQUEIRA DA CAPELA DE VILÕES – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44157**, datado de **2024.05.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.06, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 639,63 euros, correspondente ao processo de obras n.º 118/2023, conforme pedido efetuado pela Comissão Fabriqueira da Capela de Vilões. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 22.414/2024, da **Comissão Fabriqueira da Capela de Vilões**, com sede na Rua da Capela, n.º 4, em Vilões, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas correspondentes ao processo de obras n.º 118/2023 (requalificação de edifício anexo à capela), de que é titular. -----



---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 29.535/2024, a referir que as taxas a isentar perfazem o total de 639,62€, que inclui a verba de 530,14€, já paga.-----

---- A **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, ouvida igualmente sobre o assunto, prestou a informação registada sob o n.º 37.842/2024, a colocar o pedido à consideração superior, uma vez que o pedido não tem enquadramento na Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, nem nas isenções previstas no artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.36 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MUNICÍPIO DE LEIRIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 49029**, datado de **2024.05.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.05.06, solicitando, a este órgão deliberativo, termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 100,91 euros, no âmbito da realização da atividade “Percurso Pedestre do peregrino, Cortes-Fátima”, conforme pedido pelo Município de Leiria. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da realização da atividade “Percurso Pedestre do Peregrino, Cortes – Fátima”, no dia 19 do corrente mês, foi apresentada a carta registada sob o n.º 43.895/2024, do **Município de Leiria**, sedado no



Largo da República, da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do Concelho de Leiria, a solicitar a isenção do pagamento das taxas correspondentes. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 10 do corrente mês, do **Setor de Mercados e Licenciamentos não Urbanísticos**, a dar conta de que o montante a isentar é de 100,91€. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.37 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, registando-se o pedido de intervenção da munícipe: -----

----- MARIA DO ROSÁRIO CARRANÇA, natural do concelho de Ourém, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, certamente, por limitações minhas e incapacidade, não fui clara na minha mensagem. Por isso é que pedi outra vez a palavra. -----

Eu falei em alhos e o senhor Presidente da Câmara respondeu-me em bugalhos. Eu não falei em refeições, senhor Presidente. Eu falei num “avio” que mensalmente é entregue às famílias ou às pessoas individualmente consideradas, através de um saco ou de vários sacos, não sei se são que eu conheço é de um saco, onde é distribuído ou entregue esparguete, arroz, atum, sal. Um pequeno “avio” que naturalmente, não sendo uma solução, é parte da solução e é importante para as pessoas que o recebem. Foi a questão que eu coloquei, porque no mês de maio não houve a entrega desse “avio”. E porque é que não houve a entrega? A Câmara não tinha produtos para entregar e é isso que eu não consigo entender. Como é que a Câmara não



teve produtos para entregar aquele pequeno contributo àquelas famílias, aquelas pessoas. Foi só a questão que eu coloquei. -----

E depois também coloquei outra questão, que é em termos organizativos. E eu percebo isso, compreendo e aceito. A terça feira é o dia que é definido para a entrega desse “avio”. Mas há pessoas que, por vários motivos, ou porque estão doentes, ou porque têm responsabilidades de ir aqui ou acolá, não podem ir na terça feira. Pois muito bem, porque é que a área social não vê que aquela pessoa em concreto, não podendo ir à terça feira, poderá naturalmente ir buscar, excecionalmente naquela semana, ou à quarta ou à quinta, quando a sua vida particular lhe permitir. Porque com esta questão há pessoas, e neste caso concreto, conheço uma pessoa que não pôde ir até agora nem recebeu no mês de maio e, até agora, não receber no mês de junho por questões pessoais, inclusivamente de doença. E é esta agilização que eu também não percebi. -----

Relativamente à questão do canil, só dizer que agradeço o convite que me fez, mas de facto e há muito tempo, todos os dias, eu não sendo voluntária certificada porque não o sou ainda, mas todos os dias eu o faço. Dou o meu contributo para os animais do concelho de Ourém e tenho imensas ações de colaboração com o CRO. Sou visita assídua do CRO. Conheço a Maria Inês, conheço o Luc e conheço agora a Joana, conheço, etc, etc, etc. Um dia destes serei também certificada. Mas acreditem, já que faço um trabalho que eu considero muito importante aos animais, que é também para o próprio canil. De qualquer modo, uma questão que não me respondeu, que é aquela questão que eu também não percebo porque é que, ao contrário de muitas outras câmaras municipais que já desenvolvem um trabalho altamente meritório junto dos animais errantes, em colaboração com associações em colaboração com voluntários em colaboração com “n” pessoas, já desenvolvem um trabalho junto das colónias que são identificadas, castradas e por aí adiante. A Câmara de Ourém não tem adesão à sede. E essa era a minha dúvida. Porquê? Passados sete anos, porque é que o Município de Ourém ainda não aderiu. -----

Muito obrigada” -----



----- Tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas doze horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO